



EXTENSÃO DE GURÚÊ

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúê (2020-2022).

Pedro António Mucaia

Gurúê , Novembro de 2023

Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022).

Pedro António Mucaia

Dissertação, a ser apresentado na Universidade Católica de Moçambique -Extensão de Gurúè, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Supervisor: MBA. Jamela David Jamela

Gurúè, Novembro 2023

Índice

Dedicatória.....	VI
Agradecimentos	VII
Lista de Abreviaturas.....	VIII
Lista de Figuras	IX
Lista de Tabelas	X
Resumo	XII
Abstract.....	XIII
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	12
1.1.Introdução	12
1.2. Problematização.....	13
1.3.Objectivos	14
1.3.1. Objectivo Geral.....	14
1.4. Justificativa	14
1.5.Relevância de Estudo.....	15
1.6.Perguntas de Pesquisa.....	15
1.7. Delimitação da Pesquisa	16
CAPITULO II: REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1. Conceptual Teórico.....	17
2.1.1. Administração Pública.....	17
2.1.1.2. Administração Pública Directa.	17
2.1.2. Contabilidade Pública.....	18
2.1.3. Objectivo da Contabilidade Pública.	18
2.1.4. Finanças Públicas	18
2.1.5. Receitas Públicas	19
2.1.6. Receitas próprias.....	20
2.1.7. Sistema interino de cobrança de receitas (sicr)	20
2.1.8. Fluxo de previsão e recolha de receitas	20
2.1.7. Taxas.....	21
2.1.7.1. Regime excepcional de administração financeira	22
2.1.8. Contabilização das receitas próprias.....	22
2.1.8.1. Contabilização	22
2.1.8.2 Prestação de contas (accountability).....	22
2.1.9. Controle interno das receitas próprias	22

2.1.9.1. Controlo	22
2.1.8.2. Controlo interno.....	23
2.2. Literatura Empírica.....	23
2.3. Literatura Focalizada	26
CAPITULO III: METODOLOGIA	29
3.1. Tipo de Pesquisa.....	29
3.1.1. Quanto ao enfoque.....	29
3.1.2. Quanto a Natureza	30
3.1.3. Quanto Procedimentos Técnicos	30
3.1.4. Quanto aos Objectivos.....	31
3.2. Participantes da Pesquisa.....	31
3.2.1. Critérios de Determinação de Amostra	31
3.2.1.1. Critérios de Inclusão	31
3.2.1.2. Critérios de Exclusão.....	32
3.3. Técnicas e Instrumentos de Recolha de dados	32
3.3.1. Entrevista	32
3.3.2. Análise Documental	33
3.4. Técnicas e Instrumentos de Análise e Validação de Dados	33
3.5. Limitações do Estudo	33
3.6. Aspectos Éticos	34
CAPITULO IV: Apresentação, análise e interpretação de dados	35
4.1. Apresentação de dados	35
4.2. Discussão de Resultados.....	44
CAPITULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES	57
5.1. Conclusões.....	57
5.2. Sugestões	59
Referência Bibliográfica.....	60
Apêndices	62

Declaração

Eu, Pedro António Mucaia, estudante do Mestrado Curso de Administração Pública, na Universidade Católica de Moçambique –Extensão de Gurúè, declaro, para os devidos fins, que esta dissertação intitulada "Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022)", é resultado de meu trabalho original e independente. Todas as ideias, dados, retiradas de outras fontes foram devidamente referenciadas no texto. Certifico que este trabalho não foi submetido, em sua totalidade ou em parte, para obtenção de outro grau ou qualificação em qualquer outra universidade ou instituição.

Gurúè, Outubro de 2023

Pedro António Mucaia

Declaração do Supervisor

Eu, Jamela David Jamela, MBA, docente da Universidade Católica de Moçambique Extensão de Gurúè, declaro, para os devidos fins, que supervisionei a dissertação intitulada "Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022)", elaborada por Pedro António Mucaia, estudante do Mestrado em Administração Pública.

Confirmo que o referido trabalho é resultado do esforço original e independente do estudante sob minha supervisão e orientação. Todas as consultas, ideias, dados, retiradas de outras fontes foram devidamente referenciadas, conforme observado durante a supervisão. O trabalho cumpre os requisitos e padrões estabelecidos pela UCM para dissertações.

Gurúè, Outubro de 2023

Supervisor

MBA. Jamela David Jamela

Dedicatória

Dedico este trabalho à toda família Mucaia, fonte inesgotável de apoio e inspiração. À minha querida esposa, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo encorajamento nas horas desafiantes e compartilhando as alegrias das conquistas. E à nossa filha, luz que ilumina e motiva cada passo desta jornada. A vocês, minha eterna gratidão.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte inesgotável de força, esperança e inspiração. Foi sob Sua orientação e proteção que percorri este caminho acadêmico.

À minha querida família Mucaia, meu porto seguro, que sempre acreditou em mim e me apoiou incondicionalmente. A vocês, minha profunda gratidão.

À minha amada esposa, cujo amor, compreensão e paciência foram essenciais para que eu alcançasse este marco em minha vida. E à nossa filha, estrela que brilha intensamente em meu céu, fonte constante de motivação e alegria.

Ao MBA Jamela David Jamela, meu supervisor, por sua incansável orientação, dedicação e sabedoria compartilhada. Suas valiosas contribuições foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Um reconhecimento especial aos docentes, que com profissionalismo e empenho, iluminaram minha jornada acadêmica com conhecimentos e experiências inestimáveis.

Aos colegas de curso, que compartilharam comigo os desafios, as descobertas e as alegrias deste percurso. Nossa camaradagem será sempre lembrada com carinho.

Aos incansáveis funcionários da UCM, que com dedicação garantiram o bom funcionamento de todas as etapas deste processo, facilitando nosso dia a dia acadêmico.

Um agradecimento sincero aos entrevistados da área de Administração e Planificação do sector de Educação. Vossa colaboração enriqueceu imensamente esta pesquisa, conferindo-lhe profundidade e relevância.

E aos demais, que de alguma forma, directa ou indirectamente, estiveram presentes nesta caminhada, contribuindo com palavras de incentivo, apoio, fizeram toda a diferença, minha eterna gratidão.

Cada um de vocês tem uma parte essencial neste trabalho e na pessoa que me tornei. Obrigado!

Lista de Abreviaturas

AP-Administração Pública

AT-Autoridade Tributaria

CER-Classificador Económico da Receita

CTR-Classificador Tributário da Receita.

CUT-Conta Única do Tesouro

DAF-Direcção da Área Fiscal

DNT- Direcção Nacional do Tesouro

DPPF-Direcção Provincial do Plano e Finanças

DUAT-Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

GAB-Gabinete

MF-Ministério de Finanças

MENAF- Ministério da Economia, Natureza e Ambiente de Angola.

OE-Orçamento do Estado

MEO-Módulo de Elaboração Orçamental

MEX- Modulo de Execução Orçamental

POCP-Plano Oficial de Contabilidade Pública

SCI- Sistema de Controlo Interno

SDEJT-Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia

SICR-Sistema Interino de Cobrança de Receitas

SISTAFE- Sistema de Administração Financeira do Estado

UCM-Universidade Católica de Moçambique

UGR- Unidade Gestora de Receita

Lista de Figuras

Fig.1 -Entrevista ao Dir.Adjunto Administrativo da ESGG-----	72
Fig.2 -Entrevista ao Dir.Adjunto Administrativo da ESGEMG -----	72
Fig.3-Entrevista ao Técnico da RAP do SDEJTG-----	72

Lista de Tabelas

Tabela 1: a análise de ES1 indica uma tendência de crescimento da receita na ESGG---41

Lista de Gráficos

Grafico 1.Crescimento da Receita 2020-2022 na ESG Gurue-----	41
Tabela 2 .Crescimento da Receita 2020-2022 na ESG Eduardo Mondlane-----	41

Resumo

A dissertação intitulada "Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022)" buscou compreender as possíveis ineficiências na contabilização das receitas próprias do SDEJT de Gurúè, visando entender sua relação com a baixa arrecadação registada no período. Para aprofundar a investigação, foi adoptada uma metodologia mista, com predominância qualitativa, e entrevistaram-se 5 funcionários dos quais , técnicos da Repartição RAP, além de diretores e administrativos de escolas secundárias e do Lar de Estudantes. Os resultados evidenciaram práticas contabilísticas inconsistentes entre as instituições, com discrepâncias notáveis nos valores arrecadados e declarados. Estas incoerências, juntamente com a não conformidade às normativas, constituem um desafio na gestão financeira eficaz no sector educacional de Gurúè. A pesquisa concluiu que, para restaurar a confiança do público e assegurar a sustentabilidade financeira, são essenciais reformas imediatas nos procedimentos de contabilização e arrecadação do sector.

Palavras Chave: Contabilização, Receitas próprias, , Gestão financeira, Arrecadação.

Abstract

The dissertation titled "Analysis of the Accounting of Own Revenues in Public Service: Case of the District Service of Education, Youth, and Technology of Gurúè (2020-2022)" sought to understand potential inefficiencies in the accounting of own revenues of the SDEJT of Gurúè, aiming to comprehend its relation to the low revenue collection recorded in the period. To deepen the investigation, a mixed methodology was adopted, with a qualitative predominance, and interviews were conducted with 5 employees, including technicians from the RAP Division, as well as directors and administrative staff of secondary schools and the Student Hostel. The results highlighted inconsistent accounting practices among institutions, with notable discrepancies in the amounts collected and declared. These inconsistencies, coupled with non-compliance with standards, pose a challenge to effective financial management in the educational sector of Gurúè. The research concluded that to restore public trust and ensure financial sustainability, immediate reforms in the accounting and revenue collection procedures of the sector are essential.

Keywords: Accounting, Own revenues, Financial management, Revenue collection.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

A contabilização das receitas próprias desempenha um papel crucial na gestão financeira da Função Pública. A correcta identificação, registo e acompanhamento dessas receitas são fundamentais para o adequado funcionamento dos órgãos governamentais e para o cumprimento de suas responsabilidades perante a coletividade. Neste contexto, a presente Dissertação tinha como objetivo realizar uma análise da contabilização das receitas próprias no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè no período de 2020 a 2022. Especificamente, foi examinado o nível arrecadação dessas receitas nos últimos três anos. A Função Pública desempenha um papel fundamental na prestação de serviços públicos e no desenvolvimento socioeconómico do país. Para que esse desempenho seja efectivo, é essencial que as receitas próprias sejam adequadamente administradas e contabilizadas. A análise dessa questão no âmbito específico do SDEJT de Gurúè fornecerá compreensões valiosas sobre os desafios enfrentados nesse contexto específico. A compreensão dos níveis de arrecadação das receitas próprias será crucial para o desenvolvimento de estratégias e medidas eficazes que possam melhorar a gestão financeira e promover a sustentabilidade dos serviços públicos oferecidos por essa entidade. Ao conduzir uma análise abrangente dessa natureza, espera-se que esta dissertação contribua para a eficácia e eficiência na administração das receitas próprias. Estrutura da Pesquisa: **Capítulo I: Introdução**-foi abordado o contexto da pesquisa, a apresentação do problema em estudo, os objetivos da pesquisa e a relevância do tema proposto.

Capítulo II: Revisão de Literatura- dedicado à revisão da literatura existente relacionada ao tema em estudo. Aqui, serão discutidos conceitos essenciais como contabilidade pública, orçamento público, finanças públicas e receitas próprias.

Capítulo III: Metodologias –foram apresentadas as metodologias adoptadas para conduzir a pesquisa. Ele inclui a descrição do tipo de pesquisa, métodos de abordagem, técnicas de coleta de dados, amostragem, critérios de seleção de participantes e considerações éticas.

Capítulo IV: Apresentação, Análise e Discussão dos Dados foram apresentados os dados coletados organizados de forma sistemática, seguida por uma análise detalhada para extrair informações e compreensões significativas.

Capítulo V: Conclusão e Sugestões –contém conclusões derivadas da análise dos dados, bem como sugestões baseadas nos resultados da pesquisa.

1.2. Problematização

As instituições públicas de ensino têm autorização legal para gerar receitas, diversificando suas fontes de financiamento em face de um Orçamento de Estado restrito. No sector de educação, através de escolas, institutos e lares, estas receitas podem vir de propinas de matrículas, emissões de certificados, taxas de internamento, aluguéis de instalações e outros serviços. O SDEJT é responsável por contabilizar e disponibilizar os fundos arrecadados, no entanto essa operação ocorre depois da entrega a Área Fiscal, conforme estabelecido pelas circulares nº05/GAB-MEF/2020, nº01 GAB-MEF/2021 e nº07 GAB-MEF/2022. Porém, surge um problema: a tendência de sonegar os valores verdadeiramente arrecadados pelas unidades gestoras, tanto para a Direção da Área Fiscal quanto para o SDEJT. Um exemplo é o relatório orçamental de 2022, que mostrou uma arrecadação de apenas 36% que corresponde a 1.231.100,00 da meta planeada de 3.328.250,00, apresentando um desafio para a gestão financeira e a autonomia dos órgãos públicos. Isso suscita questões sobre se essa discrepância é causada por ineficiências na contabilização das receitas ou nos métodos de arrecadação adoptados.

É na tentativa de perceber os motivos por detrás deste fenómeno que a presente pesquisa pretendia responder a questão: *Como o Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè tem contabilizado suas receitas próprias e como essa contabilização pode estar relacionadas à baixa arrecadação?*

1.3.Objectivos

1.3.1. Objectivo Geral

- Analisar a contabilização das receitas próprias no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè, no período de 2020 a 2022.

1.3.2. Objectivos Específicos

- Identificar os métodos e práticas usados pelo Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè para contabilizar suas receitas próprias durante o período de 2020 a 2022;
- Quantificar a arrecadação das receitas próprias do SDEJT de Gurúè no período de 2020 a 2022, destacando tendências, picos ou quedas notáveis;
- Examinar as ligações entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis de arrecadação observados;
- Propor medidas correctivas ou optimizações que possam melhorar tanto a contabilização quanto a arrecadação das receitas próprias para o futuro.

1.4. Justificativa

Diante do cenário em que as instituições públicas de ensino buscam diversificar suas fontes de financiamento devido a um orçamento estatal restrito, a capacidade de gerar e contabilizar receitas próprias torna-se fundamental para garantir a autonomia e a gestão financeira desses órgãos. Entretanto, observa-se um desafio crescente nesse contexto: a discrepância significativa entre as receitas planeadas e as efetivamente arrecadadas, como evidenciado pelo Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (SDEJT) no ano de 2022. Tal discrepância não só levanta questões sobre a eficácia dos métodos de arrecadação, mas também sobre a adequação dos processos de contabilização desses valores. O relatório orçamental de 2022, por exemplo, revelou uma arrecadação de apenas 36% do valor planeado, o que corresponde a uma diferença de mais de 2 milhões na meta estabelecida. Tal situação compromete a capacidade operacional do SDEJT de Gurúè e sugere a possibilidade de ineficiências tanto nos mecanismos de arrecadação quanto na contabilização das receitas. Dessa forma, a pesquisa "Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022)" justifica-se pela urgente necessidade de entender as razões subjacentes a essa baixa arrecadação. Identificar as causas por trás desse déficit é fundamental não apenas para o SDEJT, mas também para outras instituições públicas que enfrentam desafios semelhantes.

A compreensão desses factores permitirá a implementação de estratégias mais eficazes de arrecadação e contabilização, garantindo que os órgãos públicos possam cumprir suas atribuições de forma autónoma e sustentável.

1.5.Relevância de Estudo

A nível académico, O estudo contribuirá para o avanço do conhecimento na área da gestão financeira no setor público, especificamente no que diz respeito à contabilização das receitas próprias, promovendo a eficiência na arrecadação das receitas próprias.

Significância Institucional- pesquisa possui uma significância institucional ao fornecer informações, análises e recomendações específicas para o Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè, auxiliando na melhoria da gestão das receitas próprias e contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais.

Na vertente social- é socialmente significativa, pois busca melhorar a gestão financeira do órgão, garantindo a disponibilidade de recursos para serviços essenciais e promovendo a transparência e a responsabilidade na utilização dos recursos públicos em benefício da comunidade.

Do ponto de vista pessoal-proporciona uma oportunidade de aprimorar os conhecimentos e habilidades na área de gestão financeira no setor público. Oportunidade enriquecedora para adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades de pesquisa, contribuir para a sociedade e estabelecer conexões profissionais.

1.6.Perguntas de Pesquisa

1. Quais foram os principais procedimentos adoptados pelo Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè na contabilização de suas receitas próprias entre 2020 e 2022?
2. Como as práticas contabilísticas do Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè, se adaptaram ao longo do período de 2020 a 2022 para melhorar a precisão e eficiência na contabilização de suas receitas próprias?
3. Qual foi o valor total das receitas próprias arrecadadas pelo SDEJT de Gurúè em cada ano do período de 2020 a 2022?
4. Em quais momentos específicos do período de 2020 a 2022 o SDEJT de Gurúè teve quedas na arrecadação de receitas próprias e quais factores podem ter contribuído para essas variações?
5. Existe uma relação identificável entre as metodologias de arrecadação e contabilização utilizadas pelo SDEJT e os níveis de arrecadação observados durante o período de análise?

6. Quais são as principais lacunas ou ineficiências identificadas nas análises anteriores em relação à contabilização e arrecadação das receitas próprias no SDEJT?
7. Quais estratégias ou métodos podem ser implementados para otimizar a contabilização e maximizar a arrecadação das receitas próprias no SDEJT, com base nas deficiências observadas nas análises anteriores?

1.7. Delimitação da Pesquisa

O presente estudo delimita-se ao tema "Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública" e tem como foco o caso específico do Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè, localizado no Bairro Cimento, na Cidade de Gurúè, Província da Zambézia. O período de análise abrange os anos de 2020 a 2022.

Ao estabelecer essas delimitações temáticas, espaciais e temporais, espera-se obter uma visão aprofundada e contextualizada da contabilização das receitas próprias no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè, permitindo a identificação de oportunidades de melhoria e a proposição de ações que contribuam para o fortalecimento da gestão financeira e a otimização da utilização dos recursos públicos nesse órgão.

CAPITULO II: REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma base teórica sólida que irá fundamentar este estudo da análise da contabilização das receitas próprias na função pública, permitindo identificação e análise crítica das contribuições de estudos anteriores a partir da literatura teórica, empírica e focalizada.

2.1. Conceptual Teórico

2.1.1. Administração Pública

De acordo com Macie (2018), citando o Dicionário Universal da Língua Portuguesa:

o termo Administração Pública (AP) significa "acção de administrar, Governo, gestão de negócios públicos e particulares; conjunto de normas e instituições destinadas a ordenar e controlar a produtividade e eficiência tendo em vista um resultado. Ele também destaca que o conceito pode ser extraído do próprio termo "Administrar", que significa dirigir com autoridade, orientar, controlar e conduzir grupos de indivíduos ou organizações para um ou mais objetivos comuns (p.65).

Com a visão do autor entende-se que a administração pública representa a máquina administrativa do Estado, cuja missão é buscar o interesse público em nome do Estado. Esse interesse público é concretizado por meio da gestão dos assuntos estatais, contribuindo assim para a administração dos recursos financeiros e patrimoniais do Estado, com o objetivo de satisfazer o interesse coletivo. Esse conceito é de extrema relevância para o tema em questão, uma vez que delimita o escopo de aplicação subjetiva do regime de controle dos recursos públicos, o que levanta dúvidas quanto à possibilidade de os recursos públicos transferidos por meio de subvenções estatais ou incentivos a atividades privadas serem ou não sujeitos a controle pelos órgãos mencionados anteriormente.

De acordo com Kohama (2001), "a Administração Pública refere-se a todo o aparelho do Estado voltado para a realização das atividades públicas. É composta por um conjunto de agentes, pessoas físicas e jurídicas, que têm a responsabilidade legal de gerir o patrimônio público, com o objetivo de atender às necessidades da coletividade e promover o bem-estar de todos"(p.31).

2.1.1.2. Administração Pública Directa.

Conforme estabelecido no artigo 32 da Lei n.º 7/2012, de 8 de fevereiro, a Administração Pública compreende os serviços públicos diretamente prestados pelos órgãos do Estado, bem como os órgãos centrais, independentes, locais e de representação do Estado no exterior. Esses órgãos, ao desempenharem suas funções, necessitam de recursos públicos para cumprir sua missão. Nesse contexto, o uso e a gestão desses recursos estão sujeitos a diversos princípios que orientam o uso da coisa pública, destacando-se a legalidade, a busca pelo interesse público, a responsabilidade pessoal, a imparcialidade e a transparência.

2.1.2. Contabilidade Pública

Kohama (2001) explica que a Contabilidade Pública se dedica ao estudo, orientação, controle e representação dos processos relacionados com a despesa pública, bem como à gestão e evolução do patrimônio público.

De acordo com Cruz (1988), Contabilidade Pública é definida como "a ciência que estuda, orienta, controla e demonstra a programação e a execução orçamentária, financeira e patrimonial das instituições de direito público"(p.10).

De acordo com os autores pode-se concluir que os conceitos apresentados por Kohama e Cruz convergem ao reconhecerem a Contabilidade Pública como uma disciplina essencial para a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos. Ela desempenha um papel fundamental na organização, controle e prestação de contas das atividades financeiras, orçamentárias e patrimoniais das instituições de direito público, contribuindo para o alcance do equilíbrio econômico e do interesse coletivo.

2.1.3. Objectivo da Contabilidade Pública.

Bezerra Filho (2005) afirmou que a Contabilidade Pública tem como objetivo fornecer informações atualizadas e precisas à Administração Pública. Essas informações são destinadas a apoiar as decisões dos gestores, atender aos requisitos de controle interno e externo conforme estabelecido pela legislação e também atender às necessidades estatísticas e de interesse das instituições governamentais e particulares.

A abordagem de Bezerra nos leva a perceber que a Contabilidade Pública desempenha um papel crucial na Administração Pública ao fornecer informações atualizadas, precisas e confiáveis. Dessa forma, a Contabilidade Pública se estabelece como uma ferramenta estratégica para a gestão governamental e para o alcance dos objetivos coletivos.

2.1.4. Finanças Públicas

O conceito de "Finanças Públicas" envolve a forma como o Estado obtém recursos por meio de impostos e outras fontes de receita, além de gerenciar e gastar esses recursos. É fundamental que haja uma prestação de contas rigorosa em relação ao uso desses recursos, sempre com o objetivo de atender às necessidades da coletividade e do próprio Estado. Essa definição está de acordo com a Visão Estratégica das Finanças Públicas 2009-2020, conforme citado pelo MENAF (Ministério da Economia, Natureza e Ambiente de Angola).

Segundo Crepaldi (2013), o termo "finanças públicas refere-se ao segmento da ciência econômica que aborda a participação do Estado na economia, por meio da atividade financeira do Estado"(p.27).

Conforme mencionado pelo autor mencionado, as finanças públicas são o campo de estudo que envolve o Estado na busca pela satisfação das necessidades coletivas. Elas englobam a análise dos ativos financeiros e patrimoniais utilizados pelo Estado para alcançar o interesse comum, bem como os recursos financeiros e patrimoniais essenciais para o funcionamento da máquina administrativa estatal e o suprimento das necessidades públicas, que são uma das funções fundamentais do Estado. É responsabilidade do Estado determinar as receitas e despesas de forma a atingir seus objetivos.

De acordo com Waty (2011), as finanças públicas são:

contemporâneas do Estado e têm como objetivo abordar a gestão dos assuntos públicos. Waty destaca que as finanças públicas envolvem a obtenção de receitas necessárias para financiar as despesas públicas que surgem da vida em comunidade. Essas despesas públicas são viabilizadas por meio da contribuição de todos, através do pagamento de impostos e diversas taxas, sendo responsabilidade do Estado coordenar esse processo.

Além disso, Waty acrescenta que as "Finanças Públicas referem-se à aquisição e utilização de recursos financeiros pelas entidades públicas, o que inclui o Estado, as autarquias e as entidades paraestatais"(p.15).

2.1.5. Receitas Públicas

Pereira et al. (2010) afirmam que as receitas públicas compreendem todos os recursos financeiros que beneficiam entidades governamentais ou administrativas públicas. O propósito principal dessas receitas é atender às demandas financeiras e outros objetivos públicos significativos.

Similarmente, Sousa Franco (2012) descreve receitas públicas como todos os fundos adquiridos em um intervalo financeiro que habilitam entidades governamentais a cobrir suas responsabilidades de despesas.

Os conceitos dos autores revelam a importância das receitas públicas como fonte de financiamento das atividades governamentais. As receitas públicas são essenciais para o funcionamento do Estado, permitindo que as despesas públicas sejam atendidas e que as necessidades financeiras e outros fins públicos relevantes sejam satisfeitos.

De acordo com o artigo 170 do Decreto nº 26/2021 Regulamento do Sistema de Administração Financeira do Estado.

1. A Receita inclui as contas representativas dos recursos auferidos na gestão, a serem calculados no apuramento do resultado do exercício, desdobradas nas categorias económicas de Receitas Correntes e de Receitas de Capital.
2. As receitas correntes compreendem as tributárias, as de contribuições sociais, as patrimoniais, as de exploração de bens do domínio público, as de venda de bens e serviços, as de donativos correntes, as de transferências correntes e as outras receitas correntes.
3. As receitas de capital compreendem as de empréstimos, as de alienações do Património do Estado, as de amortizações de empréstimos concedidos, as de donativos de capital, as de transferências de capital e as outras receitas de capital.

2.1.6. Receitas próprias

De acordo com GAB-MF. (2010), no seu o artigo 3 da Circular nº 01/2010, A receita própria é a receita pública proveniente de pagamento, por outros órgãos e instituições do Estado ou por entidades privadas, por serviços prestados no âmbito das suas atribuições legais.

Para o Tribunal Administrativo, Despacho nº 6/GP/TA/2008 de 29 de setembro, receitas próprias são valores das cobranças dos serviços ou unidade orgânica do Estado, resultantes da sua actividade específica da administração e alienação do seu património ou de quaisquer outras por lei ou contrato lhes devam pertencer.

Para presente pesquisa será usada a definição feita pelo Tribunal Administrativo, que considera a receita própria os valores cobrados dos serviços unidades orgânicas do Estado.

2.1.7. Sistema interino de cobrança de receitas (sicer)

De acordo com GAB-MF (2010), "no seu o artigo 7 da Circular nº 01/2010 é o sistema informático onde é registada a recolha de cada receita Consignada e ou Própria, por meio da entrega pelo órgão ou instituição gestor da receita à DAF ou UGC do valor cobrado e do correspondente 'Modelo B', devidamente preenchido; e onde é gerado um relatório das receitas registadas, que servirá de base à elaboração dos 'Modelo 51', para recolha à DPPF /DNT/CUT, pela DAF/UGC."

2.1.8. Fluxo de previsão e recolha de receitas

Conforme estabelecido pela Circular nº 01/2010 do GAB-MF (2010), diversos passos são delineados para a eficaz previsão, coleta e contabilização das receitas, incluindo ações como o registo da legislação pertinente, a publicidade associada, previsões de coleta, entre outros

procedimentos essenciais. Além disso, o artigo 12 da mesma circular destaca os prazos determinados para a declaração de valores das receitas próprias.

Artigo 12 Prazos:

1. Detalha os prazos para a entrega de receitas por órgãos e instituições estatais de diferentes níveis (Central, Provincial e Distrital). As receitas próprias e consignadas cobradas devem ser entregues até o dia 10 do mês seguinte ao da cobrança, ou no dia útil subsequente, a menos que haja legislação específica indicando outra data ou periodicidade. No entanto, em casos justificados, pode haver mais de uma colecta durante o mês.
2. Para o mês de Dezembro, o prazo de entrega obedece ao estabelecido pela circular de encerramento do exercício económico.

Artigo 13 - Individualização da receita:

1. Cada órgão ou instituição estatal deve ter e usar seu próprio NUIT (Número Único de Identificação Tributária) ao preencher o Modelo B.
2. No Modelo B, pode-se registar a coleta de várias receitas próprias, mas cada uma delas deve ser individualizada por meio de um registo distinto.
3. Para as receitas consignadas, o Modelo B deve listar apenas uma taxa ou imposto e mostrar a totalidade da coleta, incluindo a parte do Tesouro e das várias consignações, com classificações distintas. Exceções são permitidas em casos específicos.

2.1.7. Taxas

De acordo com Ribeiro (1997), "uma taxa é definida como um preço automaticamente fixado que representa menos que o custo dos serviços, ou, em alguns casos, se iguala a ele. Ele ressalta que é raro as taxas excederem o custo de produção"(p.253).

De acordo com a Circular nº 01/2010 do GAB-MF (2010), em seu artigo art. nº1, define taxa como uma prestação avaliável em dinheiro, exigida por uma entidade pública como contrapartida individualizada pela utilização de um bem de domínio público ou de um serviço público, ou pela remoção de um limite jurídico à atividade dos particulares, desde que previstas na lei moçambicana.

A taxa é definida como uma prestação tributária ou tributo que implica, ou origina, uma contraprestação específica proveniente de uma relação concreta entre o contribuinte e um bem ou serviço público, que pode ou não ser de benefício (Franco, 2010, p.63).

Olhando pela abordagem dos autores acima o elemento comum é a presença de uma relação de reciprocidade na taxa, onde há uma contraprestação específica entre quem a paga e quem

a recebe. Essa contraprestação está intrinsecamente ligada à relação entre o contribuinte e um bem ou serviço público, destacada pelos autores.

2.1.7.1. Regime excepcional de administração financeira

De acordo com o nº 3 do Artigo 4 Decreto n.º 26/2021 Regulamento do Sistema de Administração Financeira do Estado prevê que.

O regime referido é caracterizado pela capacidade que um órgão, instituição do Estado ou entidade descentralizada tem de realizar a programação financeira com base nas suas receitas próprias, criar, adquirir, gerir e alienar o património próprio.

2.1.8. Contabilização das receitas próprias

2.1.8.1. Contabilização

De acordo com Horngren, Foster e Datar (2000), o Sistema de contabilizacao consiste em colectar, classificar, resumir, analisar e gerenciar dados para fornecer informações aos usuários internos e externos. A contabilizacao tem a responsabilidade de atender a diversos objectivos, como a formulação de estratégias gerais, alocação de recursos, planeamento e controle de custos, mensuração do desempenho e conformidade com regulamentações externas e exigências legais de publicação de demonstrativos.

2.1.8.2 Prestação de contas (accountability)

A conceituação de prestação de contas, ou accountability, tem uma dupla perspectiva. O primeiro sentido:

está relacionado com a capacidade dos agentes públicos de responderem pelos seus actos, ou seja, são obrigados a prestar explicações. O segundo sentido refere-se à capacidade das agências de accountability de impor sanções aos detentores de poder, incluindo a possibilidade real de perda de poder para aqueles que agirem em desacordo com seus deveres públicos (Schedler, 1999, citado em Kadri, 2011).

2.1.9. Controle interno das receitas próprias

2.1.9.1. Controle

O termo controle é uma das funções essenciais da Administração Pública, considerado de grande importância.

De acordo com Meirelles, a função do controle é definida como "a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro" (Meirelles, 1993, citado por Santana, 2010,p.40).

De acordo com Fiorentini e Toledo (2012), o controle na Administração Pública refere-se:

à possibilidade de verificação, inspeção e exame, tanto pela própria Administração como por outros poderes ou cidadãos, da correta conduta gerencial de um poder, órgão ou autoridade. Esse controle tem o objetivo de garantir que a atuação esteja de acordo com os modelos previamente planejados, gerando uma avaliação sistemática. Trata-se de um poder-dever, estabelecido por lei e que não pode ser renunciado ou postergado, sob risco de responsabilização por omissão do agente infrator.

Na visão moderna, o termo controle tem sido cada vez mais empregado como substituto de outras palavras tradicionais da língua, tais como regulação, gestão, vigilância, supervisão, averiguação, direção e coordenação (Fiorentini & Toledo, 2012).

2.1.8.2. Controle interno

De acordo com Oliveira (2010), "o controle interno é estruturado como um componente intrínseco às atividades, de modo que o desempenho das tarefas e a tomada de decisões sejam registrados e ocorram de acordo com as etapas e procedimentos estabelecidos, a fim de garantir sua qualidade e integridade"(p.151).

Os Organismos Estratégicos de Controle Interno (OECI) têm a responsabilidade de fiscalizar a gestão pública em relação à economia, eficácia, eficiência e efetividade na utilização dos recursos públicos. Isso ocorre por meio de controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, além da avaliação das ações governamentais, quando previsto em legislação, e da verificação da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado (Oliveira, 2010).

2.2. Literatura Empírica

No estudo de Farias (2018), intitulado "O papel das receitas próprias no financiamento das autarquias locais - o município de Fornos de Algodres em análise", o autor investigou o financiamento das autarquias locais e enfatizou a importância das receitas próprias para a autonomia financeira local. O autor argumentou que a existência de receitas próprias significativas é essencial para alcançar uma verdadeira autonomia financeira.

O estudo analisou a execução orçamental do Município de Fornos de Algodres no período de 2014 a 2019, com foco na estrutura das receitas arrecadadas e das despesas pagas. Além disso, foi realizada uma análise do indicador de "independência financeira" para compreender se os municípios do interior, como Fornos de Algodres, possuem ou não autonomia adequada para sua gestão financeira municipal.

Através de revisão bibliográfica, o autor identificou que a insuficiência das receitas locais, principalmente das receitas próprias, é uma das principais limitações para a autonomia financeira dos municípios do interior, como Fornos de Algodres. O autor sugere que a

criação de fontes alternativas de captação de receitas pode ser uma solução para essa limitação.

A pesquisa de Farias serve como um pano de fundo relevante para a análise da contabilização das receitas próprias no SDEJT Gurúè. Dado que a insuficiência de receitas próprias pode limitar a autonomia financeira, como observado por Farias, a nova pesquisa poderia investigar se os desafios, entender como as receitas são contabilizadas, a pesquisa proposta pode identificar potenciais áreas de melhoria ou sugestões.

Em suma, as conclusões do estudo de Farias fornecem uma base robusta sobre a qual a pesquisa atual pode se construir, adaptando e aplicando os aprendizados ao contexto do Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè.

Num estudo conduzido por Oliveira (2017) investigou a importância da contabilização das receitas próprias na função pública, com um foco específico no caso da Marinha Portuguesa. O objetivo principal do estudo foi identificar se a informação contabilística resultante da aplicação do POCP (Plano Oficial de Contabilidade Pública) era utilizada como uma ferramenta de apoio à gestão no setor público. A pesquisa foi realizada como parte de uma dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, com especialização em Auditoria, sob a orientação da Professora Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

A metodologia adoptada no estudo foi qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Para coletar os dados, foram utilizados questionários, observação direta e análise de documentos internos. Os resultados obtidos indicaram que a importância da informação contabilística no processo de tomada de decisão era reconhecida. No entanto, constatou-se que a conformidade legal continuava a ter uma relevância maior do que a tomada de decisão no uso dessa informação.

Dessa forma, o estudo de Oliveira (2017) evidenciou a necessidade de considerar a contabilização das receitas próprias como uma ferramenta relevante para a gestão no setor público, especialmente na Marinha Portuguesa. Apesar disso, a prioridade dada à conformidade legal ainda prevalecia sobre a utilização da informação contabilística como suporte à tomada de decisão.

Em suma, as pesquisas revisadas enfatizam a importância das receitas próprias no financiamento das autarquias locais e na gestão financeira do setor público. Essa gestão eficiente contribui para a autonomia financeira das instituições e para uma melhor alocação

de recursos, promovendo o desenvolvimento sustentável e o cumprimento dos objetivos públicos.

Dado que a pesquisa de Oliveira evidencia uma ênfase na conformidade legal em detrimento da utilização eficaz de informações contábilísticas, a pesquisa proposta poderia investigar se o Serviço Distrital de Gurúè enfrenta um dilema semelhante. Além disso, pode-se avaliar se a gestão e contabilização adequadas das receitas próprias estão efetivamente contribuindo para a autonomia financeira da instituição.

Em última análise, a pesquisa sobre o Serviço Distrital de Gurúè pode aprender com as informações de Oliveira, propondo formas de garantir que a contabilização das receitas próprias não se limite apenas à conformidade legal, mas também apoie eficazmente a tomada de decisão e a realização dos objetivos da instituição.

2.3. Literatura Focalizada

Uma pesquisa conduzida por Faela e Pedro Gonçalves Justino (s/d) abordou o tema do Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública em Moçambique. O estudo foi apresentado para culminar do curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane. O estudo teve como objetivo promover um debate e despertar a consciência das instituições, gestores públicos moçambicanos e da sociedade em geral sobre a necessidade crescente de melhorar a gestão dos recursos financeiros públicos.

De acordo com o autor, o controle dos recursos financeiros públicos é uma prerrogativa do Estado e de seus órgãos para melhorar e aperfeiçoar a gestão dos fundos públicos, incluindo os ativos financeiros e patrimoniais. Além disso, os órgãos competentes devem ir além da análise da forma como os recursos financeiros públicos são geridos e recomendar a implementação de boas práticas de gestão, educação sobre o uso dos recursos públicos e o respeito aos instrumentos legais que regem a preservação dos recursos públicos e a prestação de contas.

O autor concluiu que a fiscalização realizada pela Assembleia da República e pelos órgãos jurisdicionais, que possuem poderes autônomos e autoridade própria, contribui para a responsabilização financeira daqueles que agem de forma ilegal na gestão dos recursos públicos. Essa responsabilização pode ocorrer de forma reintegradora, exigindo a restituição do que foi fraudulentamente subtraído, ou de forma sancionatória, punindo os agentes infratores.

Além disso, o autor ressaltou que, para melhorar a gestão dos recursos públicos, é fundamental que as despesas públicas sejam cuidadosamente definidas e as receitas rigidamente previstas, em conformidade com os instrumentos legais aplicáveis.

As conclusões do estudo anterior trazem à tona a importância de uma gestão e contabilização rigorosas e transparente dos recursos públicos e a necessidade de mecanismos de fiscalização eficazes. Essas percepções podem orientar a pesquisa proposta, garantindo uma abordagem holística à análise da contabilização das receitas próprias no Serviço Distrital de Gurúè.

Em seu trabalho sobre a gestão das receitas próprias nas escolas técnicas profissional e vocacional em Chimoio, Martins, A. Chirombe (2015) examinou especificamente o Instituto Industrial e Comercial Joaquim Marra entre 2009 e 2013. O estudo destacou os desafios enfrentados pela escola em seu esforço para gerir de forma eficaz suas receitas, abordando etapas como coleta de receitas, transações bancárias, repasse ao tesouro, uso de fundos com base em planejamentos anteriores e a subsequente prestação de contas.

A pesquisa revelou que a gestão das receitas próprias muitas vezes não tem sido eficaz devido à falta de planeamento e compreensão de instrumentos que garantam uma boa gestão dos recursos financeiros da instituição. A metodologia utilizada para analisar a gestão das receitas próprias envolveu análises bibliográficas e documentais, bem como entrevistas semiestruturadas com um total de 4 pessoas. Os resultados indicaram deficiências no processo de gestão das receitas próprias do Instituto Industrial e Comercial Joaquim Marra durante o período de 2009-2013.

A análise concluiu que a falta de divulgação e alocação dos documentos normativos na instituição contribui para uma gestão ineficiente das receitas próprias. Para garantir a transparência na gestão dos recursos públicos, é necessário fortalecer a educação e melhorar a gestão das finanças públicas, o que pode ser alcançado por meio de uma maior formação dos gestores públicos nessa área.

As conclusões anteriores fornecem uma estrutura que destaca a importância da clareza, transparência e formação na gestão de recursos públicos. Estas percepções são valiosas para a pesquisa proposta, pois ela pode usar esses pontos como base para avaliar as práticas de contabilização no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè, identificar lacunas e propor soluções.

Por outro lado, Bulandiane (2022) desenvolveu um estudo intitulado "Impacto das Receitas não Fiscais nos Orçamentos Autárquicos: Caso do Município da Vila de Boane (2014-2017)". O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar o impacto das receitas não fiscais no orçamento do Conselho Autárquico da Vila de Boane durante o período mencionado. A literatura moçambicana sobre finanças autárquicas destaca a dificuldade de arrecadação de receitas para cobrir as despesas operacionais e de investimento das autarquias locais em geral.

O estudo realizado no Conselho Autárquico da Vila de Boane, por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, mostrou que as receitas não fiscais têm uma relevância significativa e representam entre 20% e 88% da receita total da autarquia. As principais fontes de receitas não fiscais incluem taxas de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), taxas de autorização de publicidades e propagandas comerciais, taxas de atividades económicas e licenças de construção e habitação.

Apesar dos resultados positivos alcançados pela autarquia na arrecadação de receitas não fiscais, recomenda-se que o Conselho Autárquico da Vila de Boane explore ainda mais diferentes fontes de receitas, intensifique a fiscalização das atividades económicas e expanda

os Postos de Cobranças para aumentar ainda mais o nível de arrecadação, principalmente aquelas provenientes de fontes distintas de impostos.

As conclusões dos três autores destacam a necessidade de uma gestão eficiente, transparente e responsável das receitas próprias na função pública. Isso requer o equilíbrio entre a conformidade legal e o uso da informação contábilísticas como ferramenta de apoio à gestão, além do fortalecimento da educação e do aprimoramento da gestão financeira. Também é importante explorar diversas fontes de receitas e intensificar a fiscalização para maximizar a arrecadação e reduzir a dependência de impostos. Essas medidas contribuirão para uma gestão mais efetiva dos recursos financeiros públicos e para o alcance dos objetivos institucionais.

O conjunto das conclusões ressalta a crucialidade de uma gestão transparente, eficiente e responsável das receitas próprias no setor público. Quando relacionado ao tema Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022), estas percepções evidenciam a importância de analisar como o Serviço Distrital de Gurúè está equilibrando a conformidade legal com o uso proativo das informações contábilísticas para uma gestão otimizada.

CAPITULO III: METODOLOGIA

Neste capítulo pretende-se clarificar os diferentes métodos e técnicas usadas para a elaboração do trabalho. Nele constam os seguintes elementos: Tipos de pesquisa, métodos de abordagem e procedimento, técnicas de recolha de dados, participantes da pesquisa e mecanismos de validação de dados.

3.1. Tipo de Pesquisa

3.1.1. Quanto ao enfoque

O estudo adoptou uma abordagem de pesquisa combinada, enfatizando métodos qualitativos, mas complementado por uma análise quantitativa dos dados recolhidos. Deancker (1998), Richardson (1999) e Silva e Meneses (2001) concordam ao categorizar as metodologias de pesquisa em duas categorias principais: Quantitativa e Qualitativa.

Segundo esses estudiosos, a pesquisa quantitativa visa quantificar informações, convertendo opiniões e dados em números para classificação e análise. Tal abordagem utiliza ferramentas e técnicas estatísticas, como média, moda, mediana, entre outras. As ferramentas comuns nesse método incluem questionários e entrevistas estruturadas.

Por outro lado, a pesquisa qualitativa argumenta que existe uma conexão profunda entre a realidade e o indivíduo, uma ligação que não pode ser expressa numericamente. Esse tipo de pesquisa valoriza a interpretação dos eventos e a compreensão profunda de seus significados. Diferente da abordagem quantitativa, ela não depende de métodos estatísticos. O foco reside no processo e em seu significado. Técnicas como observação, entrevistas e pesquisa bibliográfica são frequentemente utilizadas.

Silva e Meneses (2001) salientam que a escolha de um método específico depende da natureza do problema em estudo. Eles também defendem que, dada a atualidade complexa e incerta da pesquisa, não se deve ficar limitado a um único método. Ao invés disso, múltiplos métodos podem ser adoptados, enriquecendo a análise e fornecendo respostas mais abrangentes.

Considerando a complexidade do mundo da pesquisa e o objectivo deste estudo, foi adoptada uma abordagem mista. Esta investigação teve uma predominância qualitativa, mas foi complementada por dados quantitativos das várias instituições sob a supervisão do SDEJT de Gurúè. Os dados colectados foram analisados utilizando o software Excel, devido à sua adaptabilidade ao volume de dados, utilizando observações, entrevistas semi-estruturadas e análise de dados secundários, como relatórios e registos contabilísticos.

Ao combinar técnicas quantitativas e qualitativas, é possível validar e corroborar os resultados obtidos de diferentes fontes e perspectivas. Esta triangulação amplia a robustez e a confiabilidade das conclusões. A escolha do método misto para esta dissertação foi motivada pela necessidade de uma compreensão completa e integrada da contabilização das receitas próprias na Função Pública. Esta abordagem permitiu uma exploração rica e detalhada do tema, alinhada aos objetivos de pesquisa e às características específicas do Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè.

3.1.2. Quanto a Natureza

A presente pesquisa é de natureza aplicada, uma vez que busca compreender os significados atribuídos pelos entrevistados. Acreditando que a abordagem qualitativa será fundamental para entender como ocorre a contabilização das receitas próprias.

Nascimento (2016) descreve a pesquisa aplicada como um esforço para produzir conhecimento focado na resolução de desafios concretos, com o intuito de aplicar essas descobertas em contextos práticos específicos.

A escolha da pesquisa aplicada neste estudo é justificada pelo objetivo de gerar conhecimento que possa ser aplicado para solucionar problemas específicos relacionados à contabilização das receitas próprias. Portanto, a pesquisa aplicada foi selecionada como abordagem adequada para atingir o objetivo deste estudo. Através dessa abordagem, espera-se obter resultados concretos e relevantes para a aplicação prática no contexto da função pública.

3.1.3. Quanto Procedimentos Técnicos

Nesta pesquisa, optou-se por realizar um estudo de caso, com o objetivo de explorar e interpretar fenômenos específicos em um contexto particular.

A escolha de realizar um estudo de caso nessa pesquisa é justificada pela perspectiva de obter prognósticos interpretativos valiosos e descobrir fenômenos relevantes dentro de um contexto específico.

Gil (2007) descreve o estudo de caso como:

uma pesquisa que se concentra em uma entidade específica, como um programa, uma instituição, um sistema educacional, uma pessoa ou uma unidade social. Seu objetivo é obter um conhecimento aprofundado sobre o como e o porquê de uma situação particular que se supõe ser única em muitos aspectos, buscando descobrir os elementos essenciais e característicos presentes nessa situação (p. 54).

Fonseca (2002) destaca que:

o pesquisador não tem a intenção de intervir no objeto de estudo, mas sim de revelá-lo conforme sua própria percepção. O estudo de caso pode ser conduzido a partir de uma perspectiva interpretativa, buscando compreender o mundo do ponto de vista dos

participantes, ou de uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma visão global, completa e coerente do objeto de estudo do ponto de vista do pesquisador (p.33).

A escolha do estudo de caso como abordagem de pesquisa é fundamentada nas contribuições de Gil (2007) e Fonseca (2002), que destacam a importância de uma investigação aprofundada e contextualizada, com ênfase nos elementos essenciais e característicos da situação em estudo, sem a intenção de interferir no objeto de pesquisa. Isso nos permitirá obter uma compreensão rica e significativa do objeto de estudo, contribuindo para a produção de conhecimento relevante e aplicável.

3.1.4. Quanto aos Objectivos

O estudo foi conduzido utilizando métodos descritivos e bibliográficos, visando obter uma compreensão abrangente e aprofundada do tema em estudo por meio de fontes existentes. A abordagem descritiva permitirá descrever e analisar as características e aspectos relevantes do tema, enquanto o método bibliográfico possibilitará a consulta e análise crítica de fontes já publicadas e disponíveis na literatura relacionada ao assunto.

De acordo com Nascimento (2016), "as pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição de características de populações ou fenômenos, bem como a identificação de correlações entre variáveis. Essa abordagem é adequada para a realização de levantamentos que buscam explorar opiniões, atitudes, valores e crenças" (p. 4).

3.2. Participantes da Pesquisa

Neste estudo, a amostra foi não probabilística e foi composta por participantes específicos, funcionários do SDEJT Gurulé pertencentes à RAP.

De acordo com Lakatos (2007), "a amostra consiste em uma parcela selecionada de forma conveniente da população, sendo um subconjunto do universo em estudo"(p.163).

A seleção dos participantes foi realizada por conveniência, visando incluir 1 chefe da Repartição de Administração e Planificação, 2 outros técnicos afectos à mesma repartição, 1 diretor de um Lar de Estudantes, 2 diretores Adjuntos de Escolas Secundárias Gerais.

3.2.1. Critérios de Determinação de Amostra

3.2.1.1. Critérios de Inclusão

Na entrevista serão incluídos o chefe da Repartição de Administração Financeira de Planificação, o técnico de execução orçamental e técnicos afetos à Repartição, devido ao seu envolvimento direto na contabilização e controle das receitas próprias. Além disso, o Diretores Adjunto Administrativos da Escola Secundária Geral de Gurulé, da Escola Secundária Geral Eduardo Mondlane de Gurulé e o Administrativo do Lar de Estudantes

também serão incluídos, uma vez que suas instituições prestam serviços que geram contrapartidas monetárias consideradas como receitas próprias do sector.

3.2.1.2. Critérios de Exclusão

A não inclusão do chefe da secretaria do SDEJT, chefe de outras repartições e demais técnicos afetos no SDEJT de Gurúè na entrevista se justifica pelo entendimento de que eles não possuem um papel direto e influente no processo de contabilização das receitas próprias, bem como na sua execução. Esses funcionários podem ter responsabilidades e funções diferentes que não estão directamente relacionadas com o tema específico da pesquisa. Dessa forma, optaremos por focar nas pessoas directamente envolvidas no processo de contabilização das receitas próprias. A decisão de não incluir os demais funcionários na entrevista baseou-se na busca por informações mais específicas e direccionadas aos aspectos centrais da contabilização das receitas próprias.

3.3. Técnicas e Instrumentos de Recolha de dados

Lakatos (2007) enfatiza que "a coleta de dados é uma etapa crucial no método de pesquisa, onde o objetivo é obter informações da realidade por meio de técnicas específicas"(p.30).

Nesta pesquisa, será adoptada uma abordagem metodológica que envolve a realização de entrevistas semi-estruturadas, revisão bibliográfica e estudo documental, juntamente com o uso de questionários para coletar dados qualitativos e obter informações mais aprofundadas sobre o objeto de investigação.

Gil (2002) menciona que "diversas técnicas são adotadas para a coleta de dados na pesquisa, sendo mais comuns a observação, a entrevista e o questionário"(p.114).

3.3.1. Entrevista

Lakatos (2007) descreve "a entrevista como um ato social que envolve precisão, foco, confiabilidade e validade, similar a uma conversa" (p.237).

De acordo com Richardson (1999), o método de entrevista possui a vantagem de permitir que o pesquisador explore as respostas, adaptando-se à pessoa entrevistada e às circunstâncias da entrevista. Além disso, ele possibilita aprofundar a informação desejada e não requer que as pessoas entrevistadas possuam habilidades de leitura ou escrita (p.80).

O uso da entrevista é por ser uma poderosa ferramenta de colecta de dados que permite aos pesquisadores obter informações detalhadas, contextualizadas e pessoais sobre o fenómeno em estudo. Sua flexibilidade e capacidade de promover interação directa entre pesquisador e participante contribuem para a riqueza e qualidade dos dados obtidos.

3.3.2. Análise Documental

Ludke e André (1986) destacam que a análise documental é uma técnica importante na pesquisa qualitativa, pois pode complementar informações obtidas por outras técnicas e revelar aspectos novos de um tema ou problema.

De acordo com Laville e Dione (1999), o trabalho de análise inicia-se com a coleta dos materiais, mas não se trata de uma acumulação cega e mecânica. À medida que o pesquisador coleta as informações, ele desenvolve uma compreensão do fenômeno e permite que as especificidades do material selecionado o guiem no processo de análise.

A escolha da análise documental como técnica de pesquisa justifica-se pela sua capacidade de fornecer informações complementares e relevantes para responder às questões de pesquisa e alcançar os objetivos do estudo.

3.4. Técnicas e Instrumentos de Análise e Validação de Dados

Para a validação dos dados vai se usar a triangulação que vai consistir na combinação e análise de diferentes fontes entrevistas, questionários, observações participantes, análise de dados para obter uma compreensão mais abrangente e confiável de um fenômeno em estudo. A triangulação não apenas fortalece a interpretação dos dados, mas também permite identificar possíveis inconsistências ou lacunas nas informações, melhorando a qualidade e a confiabilidade dos resultados.

Denzin e Lincoln (2000) afirmam que a triangulação "não é apenas uma ferramenta ou estratégia de validação, mas uma alternativa à validação. Envolve a combinação de diferentes perspectivas metodológicas, várias fontes de dados empíricos e a participação de múltiplos pesquisadores em um único estudo" (p. 3).

3.5. Limitações do Estudo

Durante o estudo sobre a contabilização das receitas próprias na função pública, existem algumas limitações que o pesquisador pode enfrentar. Algumas dessas limitações incluem: Acesso limitado a informações, disponibilidade e colaboração dos gestores, viés nas respostas, limitações de tempo e recursos. Apesar dessas limitações, o pesquisador se esforçará para superá-las e contornar esses cenários. Serão criados mecanismos, como abordagens flexíveis de coleta de dados e construção de confiança com os gestores, para obter informações de qualidade e significativos sobre a contabilização das receitas próprias na função pública.

3.6. Aspectos Éticos

A pesquisa será conduzida de acordo com princípios éticos, incluindo:

- Consentimento livre e esclarecido dos participantes ou seus representantes legais;
- Procedimentos para garantir a confidencialidade, privacidade e proteção da imagem dos participantes;
- Compromisso de não utilizar as informações em prejuízo das pessoas ou comunidades;
- Tratamento codificado dos entrevistados, utilizando códigos como R21 e R22 para os gestores da RAP, ES1, ES2 e DL1 para gestores de instituições de colecta de receita.

Essas medidas éticas são fundamentais para proteger os direitos e o bem-estar dos participantes da pesquisa, garantindo que sua participação seja voluntária e segura. O pesquisador estará comprometido em seguir rigorosamente essas diretrizes éticas ao longo de todo o processo de pesquisa.

CAPITULO IV: Apresentação, análise e interpretação de dados

4.1. Apresentação de dados

Extrato 1 SDEJT Gurúè

Categoria 1: Métodos e práticas usados pelo SDEJTG para contabilizar suas receitas próprias durante o período de 2020 a 2022.

- 1. Foi colocada a questão a ver com quais foram os principais procedimentos adotados pelo Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè na contabilização das receitas próprias entre 2020 e 2022?**

O R21-Esclareceu que "as principais fontes de receita para o sector são: matrículas, emissão de certificados e Declarações de Classe, os métodos são do uso de livros de registo de entrada de receitas, depósitos comparando com o efectivo existente"

- 2. Ao questionar o R21 como as práticas contabilísticas do SSDEJT de Gurúè, se adaptaram ao longo do período de 2020 a 2022 para melhorar a precisão na contabilização das receitas próprias?**

Ele esclareceu que: "O Sector tem levado a acabo a auditoria externa pelos técnicos da área de contabilidade do SDEJT, onde se observa a existência de ordenadores de despesa, organização dos processos, justificativos de pagamentos"

Categoria 2: Arrecadação das receitas próprias do SDEJT de Gurúè no período de 2020 a 2022, destacando tendências, picos ou quedas notáveis.

- 3. Ao questionar R21 sobre o valor total das receitas próprias arrecadadas pelo SDEJT de Gurúè nos anos de 2020 a 2022, ele nos forneceu os seguintes montantes:**

Em 2020, foi arrecadado um total de 973.000,00 meticais (novecentos e setenta e três mil meticais).

Em 2021, o montante totalizou 1.191.010 meticais (um milhão, cento e noventa e um meticais e dez centavos).

Já em 2022, a receita foi de 888.420,00 meticais (oitocentos oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte meticais).

- 4. Quando indagamos o entrevistado R21 sobre os períodos específicos de 2020 a 2022 em que o SDEJT de Gurúè observou quedas na arrecadação de receitas próprias e as possíveis causas dessas variações, ele elucidou:**

"No sector da Educação, percebemos que as quedas mais significativas ocorreram no 2º e 3º trimestres de cada ano. Isso se deve, em grande parte, ao facto de que esses trimestres não são períodos de matrículas, que representam a principal fonte de receita para o sector."

- 5. Questionamos o entrevistado R21 sobre a possível relação entre as metodologias de contabilização utilizadas pelo SDEJT e os níveis de arrecadação observados no período em análise. Ele respondeu:**

"Houve ocasiões em que os critérios metodológicos de contabilização, recomendados pelo SDEJT, não foram estritamente seguidos. Isso muitas vezes foi justificado pela percepção de que o processo é excessivamente burocrático e que, em consequência, os valores declarados frequentemente não se tornam disponíveis para uso imediato."

Categoria 3: Ligações entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis de arrecadação e medidas correctivas ou optimizações que possam melhorar tanto a contabilização quanto a arrecadação das receitas próprias para o futuro.

- 6. Quando questionamos o entrevistado R21 sobre as principais ineficiências ou lacunas identificadas nas análises anteriores em relação à contabilização e arrecadação das receitas próprias no SDEJT, ele apontou:**

"Uma das maiores falhas identificadas é o não registo de certas receitas arrecadadas, como as oriundas de certificados e declarações. Além disso, grande parte dos montantes arrecadados não é oficialmente declarada à tesouraria. Em vez disso, esses valores são retidos e utilizados directamente na fonte. Tal prática complica ainda mais o controle, especialmente considerando que as escolas não operam com um plano estruturado de arrecadação."

- 7. Ao solicitar ao entrevistado R21 sugestões sobre estratégias ou métodos para otimizar a contabilização e aumentar a arrecadação de receitas próprias no SDEJT, considerando as lacunas identificadas nas análises anteriores, ele respondeu:**

"É fundamental que todas as receitas arrecadadas sejam declaradas antes de serem aplicadas. Além disso, é preciso ser rigoroso quanto ao uso de livros de registos, garantindo a emissão de cópias de recibos nos processos de emissão de certificados. Adicionalmente, é recomendado que os pagamentos sejam centralizados e realizados por meio de uma conta bancária específica da instituição."

Extrato 2 do SDEJT Gurúè

Categoria 1: Métodos e práticas usados pelo SDEJTG para contabilizar suas receitas próprias durante o período de 2020 a 2022.

- 1. Ao questionar o entrevistado R22, que actua como técnico responsável pela contabilização das receitas, sobre os métodos e ferramentas empregados para contabilizar as receitas próprias entre 2020 e 2022, ele elucidou:**

"Durante esse período, baseamo-nos principalmente em duas diretrizes: a Circular n° 05 de 08/06/2020 e a Circular n° 01/2021".

- 2. Ao consultar o entrevistado R22 sobre sua experiência profissional e as práticas adotadas pelo Serviço Distrital que se mostraram mais eficientes na contabilização das receitas no período mencionado, bem como desafios ou técnicas que necessitassem de revisão, ele esclareceu:**

"Uma das práticas mais eficazes adoptadas pelo SDEJT foi declarar as receitas próprias imediatamente após sua arrecadação junto à Autoridade Tributária."

Categoria 2: Arrecadação das receitas próprias do SDEJT de Gurúè no período de 2020 a 2022, destacando tendências, picos ou quedas notáveis.

- 3. Ao solicitar ao entrevistado R22, que é o técnico responsável pela contabilização das receitas do SDEJT de Gurúè, informações quantitativas sobre a arrecadação das receitas próprias entre 2020 e 2022, ele forneceu os seguintes valores:**

"Em 2020, a arrecadação foi de 976.500,00 meticais (novecentos e setenta e seis mil e quinhentos meticais)".

"Em 2021, o montante arrecadado foi de 912.420,00 meticais (novecentos e doze mil, quatrocentos e vinte meticais)".

"Para 2022, o valor arrecadado totalizou 1.231.100,00 meticais (um milhão, duzentos e trinta e um mil e cem meticais)".

- 4. Quando questionado sobre as tendências e variações significativas nos registos de arrecadação entre 2020 e 2022, o entrevistado R22 observou:**

"Durante o intervalo de 2020 a 2021, notamos uma queda na arrecadação de receitas próprias. Essa diminuição foi influenciada pela pandemia da COVID-19."

- 5. Quando abordado sobre a possível relação entre os métodos de contabilização utilizados pelo SDEJT de Gurúè e os níveis de arrecadação, o entrevistado R22, com base em sua experiência como técnico, afirmou:**

"Definitivamente, existe uma relação. Um exemplo claro é o da Escola Secundária Geral de Gurúè. Muitas vezes, eles arrecadam um valor específico, declaram somente uma porção desse montante e o restante é utilizado diretamente na fonte".

Categoria 3: Ligações entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis de arrecadação e medidas correctivas ou optimizações que possam melhorar tanto a contabilização quanto a arrecadação das receitas próprias para o futuro.

- 6. Ao questionar o entrevistado R22 sobre possíveis inconsistências ou padrões observados durante sua actividade de contabilização das receitas do SDEJT de Gurúè que poderiam ter impactado os níveis de arrecadação, ele mencionou:**

"De fato, identifiquei algumas inconsistências. Uma sugestão que proponho para abordar esses desafios seria intensificar a mobilização e incentivar a aderência às matrículas do 2º ciclo, especialmente nas zonas rurais".

- 7. Questionamos o entrevistado R22 sobre possíveis medidas corretivas para melhorar o processo de contabilização de receitas no SDEJT de Gurúè, com base em sua experiência e nas análises já realizadas. Ele sugeriu:**

"Com base no que observei, recomendo que reconsideremos a prática de declarar as receitas na Autoridade Tributária. Muitas vezes, depois dessa declaração, os valores não se tornam prontamente disponíveis, criando entraves no processo."

- 8. Quando indagado sobre aspectos além da contabilização que poderiam ser optimizados para impulsionar a arrecadação de receitas próprias no futuro, o entrevistado R22 compartilhou:**

"Com base na minha experiência, acredito que introduzir a cobrança de taxas nas classes iniciais poderia ser uma estratégia eficaz para maximizar a arrecadação de receitas próprias."

Extrato da entrevista as Instituições geradoras da Receita

Categoria 1: Métodos e práticas usados pelo SDEJTG para contabilizar suas receitas próprias durante o período de 2020 a 2022 nas Instituições de Colecta de Receitas .

- 1. Ao questionar os entrevistados ES1, ES2 e DL1, que ocupam posições de direção administrativa responsáveis pela gestão e arrecadação de receitas em suas respectivas instituições, sobre os métodos e práticas empregados para contabilizar as receitas próprias entre 2020 e 2022, obtivemos as seguintes respostas:**

ES1 mencionou: "Na nossa escola, utilizamos o livro de senha como ferramenta de controle. Ao fim de cada dia, realizamos a contabilização das receitas, que englobam diversas fontes de pagamentos, como matrículas, emissão de certificados e declarações".

Por sua vez, ES2 explicou: "Em nossa instituição, adoptámos o registo por meio de um fluxo de caixa, monitorando entradas e saídas. Dentro dos pagamentos, estão inclusos valores de matrícula, certificados e declarações".

Já DL1 destacou: "Os métodos que adoptámos para a arrecadação de receitas próprias baseiam-se principalmente em transações por meio de uma conta bancária fornecida pela instituição"

- 2. Quando questionados sobre os desafios e obstáculos enfrentados no processo de contabilização das receitas próprias durante o período de 2020 a 2022 e os ajustes feitos para melhorar esse processo, os entrevistados ES1, ES2 e DL1 apresentaram as seguintes perspectivas:**

ES1 apontou: "Por vezes, enfrentamos divergências entre os valores recebidos e os documentos emitidos. Essas discrepâncias são, em grande medida, resultados de falhas no controle interno. Para melhor gerir essa situação, intensificamos a fiscalização, envolvendo a secretaria, o setor administrativo e o gabinete do diretor".

ES2 destacou: "Um desafio que observamos envolve funcionários que realizam cobranças, mas não fazem a devida declaração ao sector administrativo".

DL1 mencionou: "A contabilização das receitas próprias é conduzida através de uma declaração à Direcção da Área Fiscal de Gurué".

Categoria 2: Arrecadação das receitas próprias do SDEJT de Gurúè no período de 2020 a 2022, destacando tendências, picos ou quedas notáveis.

- 3. Durante o período de 2020 a 2022, ao questionarmos os entrevistados ES1, ES2 e DL1 sobre os valores exactos ou aproximados da arrecadação das receitas próprias da Escola Secundária e se havia alguma tendência de crescimento ou diminuição, obtivemos as seguintes respostas:**

ES1 detalhou:

"Em 2020, o valor planejado era de 1.050.000,00 meticais, mas arrecadaram 1.100.000,00 meticais".

"Em 2021, o plano era de 1.120.000,00 meticais e conseguiram arrecadar 1.400.000,00 meticais".

Já "em 2022, tinham a expectativa de 1.250.000,00 meticais e arrecadaram 1.500.000,00 meticais". Os números indicam uma tendência de crescimento na arrecadação ao longo dos anos.

ES2- decidiu não compartilhar os valores, alegando que essas são informações de consumo interno da instituição.

DL1- "especificou que, durante esse período, o valor arrecadado total foi de 477.460,00 meticais (quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta meticais)".

- 4. Ao questionar os entrevistados ES1, ES2 e DL1 sobre a existência de picos ou quedas significativas na arrecadação de receitas próprias da escola secundária entre 2020 e 2022, e os possíveis factores para tais variações, as respostas foram:**

ES1: "Não houve" variações significativas na arrecadação de receitas durante o período.

ES2: "Não houve" quedas significativas, e o entrevistado acrescentou que houve um crescimento na arrecadação devido ao aumento do número de estudantes matriculados na instituição.

DL1: "Sim, houve" variações na arrecadação. A razão atribuída para essa flutuação foi a pandemia de COVID-19, que causou uma redução no número de estudantes residentes no alojamento estudantil (Lar) da instituição.

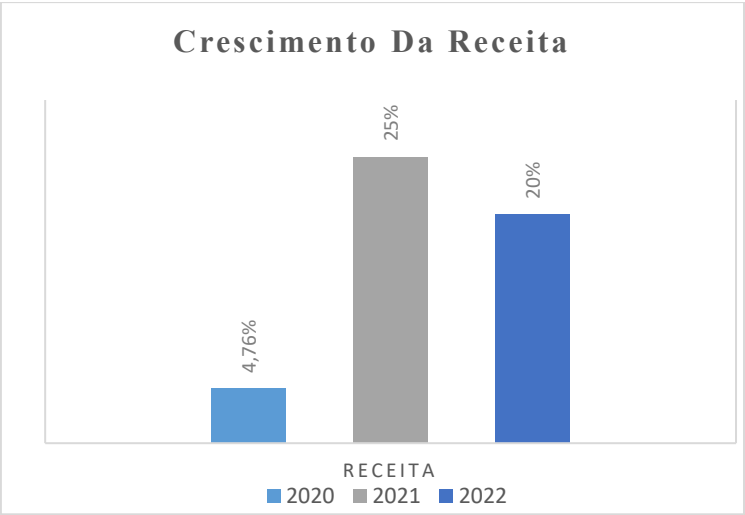
Nestas respostas apresentadas, ao fazermos um cruzamento com os relatórios de supervisão apresentados vemos que referente ao ano 2022 a Escola Secundária Geral de Gurúè anunciou ter arrecadado 1.439.254,00 meticais onde deste valor constatou-se que apenas declarou 20,8% que corresponde a (300.000,00 meticais de), demonstrando uma discrepância de 79,2%.

Tabela 1: a análise de ES1 indica uma tendência de crescimento da receita na ESGG.

Ano	Planificado	Arrecadado	Crecsc.%
2020	1.050.000,00	1.100.000,00	4,76
2021	1.120.000,00	1.400.000,00	25%
2022	1.250.000,00	1.500.000,00	20%

Fonte: Autor 2023

Grafico 1.Crescimento da Receita 2020-2022 na ESG Gurúè



Fonte: Autor, 2023

Por sua vez o entrevistado ES2 não divulgou os valores referentes ao período em estudado embora tenha dito que observou-se aumento da colecta de receita, dificultando assim uma análise mais completa, no entanto o relatório de supervisão do SDEJT indicou que em 2022 a Escola Secundária Geral Eduardo Mondlane declarou apenas 27,4% (350.000,00 meticaís de 1.277.450,00 meticaís) de sua receita mostrando igualmente discrepâncias significativas. Esses desvios e divergencias significativas de informações podem apontar para problemas graves de má gestão, ou até mesmo corrupção.

Tabela 2 .Crescimento da Receita 2020-2022 na ESG Eduardo Mondlane

	Plano	Cobrado	Decklarado	Declar. %	Valor. Omisso
2020					
2021					
2022		1.277.450,00	350.000,00	27,40%	927.450,00

Fonte: Autor 2023

Enquanto o DL1- especificou que, durante esse período, o valor arrecadado total foi de 477.460,00 meticaís (quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta meticaís), esta afirmação não da uma orientação técnica para uma avaliação sobre a sua tendência em termos de crescimento e os mecanismos de contabilização e declaração dos valores arrecadados.

- 5. Com base na sua experiência enquanto director responsável pela arrecadação de receitas, percebeu alguma relação entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis de arrecadação observados nesta Instituição? Se sim, poderia dar exemplos ou detalhar essa relação?**

ES1-"Existe uma relação porque, se o sistema de contabilização é rígido faz com que os valores sejam crescentes".

ES2- É preciso transferir o processo de matrículas para o reconhecimento apenas pelo sector administrativo para evitar situações de esquemas fraudulentas".

DL1-"As receitas depois de se efectuar o depósito na conta do lar faz-se um extrato para saber o que tem na conta depois faz-se a transferência para as finanças e por sua vez a finança faz o desembolso".

Categoria 3: Ligações entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis de arrecadação e medidas correctivas ou optimizações que possam melhorar tanto a contabilização quanto a arrecadação das receitas próprias para o futuro.

- 6. Quando questionados sobre possíveis padrões ou inconsistências notados durante o processo de contabilização das receitas próprias da instituição e como a contabilização poderia ser optimizada para impactar positivamente a arrecadação, os entrevistados ES1, ES2 e DL1 apresentaram as seguintes perspectivas:**

*ES1:*Apontou que observou "a não coincidência dos valores apresentados com os documentos emitidos", indicando possíveis erros ou discrepâncias entre os registos e os documentos oficiais.

*ES2:*Salientou que identificou uma "tendência de envolvimento de professores na cobrança de valores que, idealmente, deveriam ser gerenciados pelo sector administrativo". Isso sugere que a descentralização da arrecadação de receitas para profissionais não administrativos pode causar inconsistências.

DL1: Expressou acreditar que existem inconsistências devido ao "processo ser longo", o que, por vezes, pode resultar em atrasos no desembolso. Esses atrasos, por sua vez, "criam muitas dificuldades para o funcionamento adequado da instituição".

- 7. Quando questionados sobre medidas correctivas que poderiam ser implementadas para superar os desafios e tendências observados na contabilização e arrecadação de receitas próprias da escola secundária nos anos anteriores, os entrevistados ES1, ES2 e DL1 propuseram as seguintes soluções:**

ES1: Enfatizou a necessidade de um "controle interno mais rigoroso e da realização de auditorias internas". O objectivo seria verificar se o número de alunos inscritos está de acordo com os valores arrecadados, garantindo uma correspondência correta entre os montantes recebidos e a quantidade de estudantes matriculados.

ES2: Detalhou o processo actual, onde "a escola declara suas receitas nas Finanças e apresenta uma cópia ao SDEJT". Posteriormente, é elaborado um processo de adjudicação cujo objectivo é transferir os valores dos contratos para as contas dos fornecedores.

DL1: Expressou sua opinião como responsável pela arrecadação de receitas, sugerindo uma mudança no processo. Ele acredita que "a contabilização deveria ser realizada diretamente na Instituição", pois isso facilitaria a operação e gestão dos recursos.

8. Quando questionados sobre novas práticas benéficas, com base em suas experiências enquanto gestores responsáveis pela arrecadação de receitas, para melhorar a contabilização e arrecadação de receitas próprias no futuro, e como essas práticas poderiam ser implementadas na escola secundária, os entrevistados ES1, ES2 e DL1 sugeriram:

ES1: Acredita que "haja necessidade de melhorias por parte da Autoridade Tributária na flexibilização do reembolso dos valores. Além disso, enfatizou que a alocação dos valores arrecadados deve ser direccionada às escolas, e não diretamente aos fornecedores".

ES2: Destacou a importância da "flexibilização do desembolso dos valores por parte das finanças", o que ajudaria a atender às necessidades da escola de forma mais eficaz.

DL1: Sugeriu que "a contabilização deveria ser realizada diretamente na instituição, em vez de depender de entidades externas". Para isso, a escola necessitaria da autorização do Ministério da Educação e do governo local, a fim de melhorar a gestão de recursos e as operações do lar (alojamento estudantil).

4.2. Discussão de Resultados

Nesta fase, realizou-se a triangulação de dados, conforme estabelecido nas metodologias, com o objectivo de elucidar as reais dimensões do problema identificado.

Categoria 1: Métodos e práticas usados pelo SDEJTG para contabilizar suas receitas próprias durante o período de 2020 a 2022.

- **Foi colocada a questão a ver com quais foram os principais procedimentos adoptados pelo SDEJTG na contabilização das receitas próprias entre 2020 e 2022.**
- **Ao questionar o entrevistado R22, responsável pela contabilização das receitas, sobre os métodos e ferramentas empregados para contabilizar as receitas próprias entre 2020 e 2022.**

Quando consideramos os procedimentos adoptados pelo Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè na contabilização das receitas próprias entre 2020 e 2022, as respostas dos entrevistados R21 e R22 destacam diferentes abordagens no tratamento da contabilização. R21 evidenciou a dependência do sector de fontes directas de receita, como matrículas e emissão de documentos, e a utilização de livros de registo e depósitos como principais ferramentas de contabilização. Tal abordagem é prática e directamente relacionada às operações diárias do sector. Por outro lado, R22, ao focar na adopção de diretrizes específicas - a Circular nº 05 de 08/06/2020 e a Circular nº 01/2021 - salientou uma abordagem mais formalizada, pautada em normativas específicas.

Em consubstancia aos depoimentos Macie (2018). refere A Administração Pública, como é orientada por normas e instituições que visam a produtividade e eficiência. A resposta de R22 ressoa bem com essa definição, já que a adopção de diretrizes formais sinaliza uma tentativa de ordenar e controlar os processos de contabilização.

A ênfase em princípios como legalidade, interesse público e transparência, conforme estabelecido na Lei n.º 7/2012, enfatiza a necessidade de um processo de contabilização rigoroso e transparente. O facto de R21 apontar para práticas diárias de contabilização e R22 destacar diretrizes normativas sugere que o SDEJT de Gurúè tenta combinar práticas operacionais com normativas formais para garantir a integridade e a transparência na contabilização de suas receitas.

- **Ao questionar o R21 como as práticas contabilísticas do SSDEJT de Gurúè, se adaptaram ao longo do período de 2020 a 2022 para melhorar a precisão na contabilização das receitas próprias.**
- **Ao consultar o entrevistado R22 sobre sua experiência profissional e as práticas adotadas pelo Serviço Distrital que se mostraram mais eficientes na contabilização das receitas no período mencionado, bem como desafios ou técnicas que necessitassem de revisão.**

A eficácia na contabilização de receitas próprias é fundamental para qualquer instituição, ainda mais quando se trata de uma entidade pública como (SDEJT). A auditoria externa, conforme mencionado pelo entrevistado R21, é uma abordagem estratégica que visa garantir a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e financeiros. Ao integrar técnicos da área de contabilidade na auditoria, o SDEJT garante uma verificação minuciosa das práticas contábeis e da conformidade com as normas.

Os processos detalhados na Circular nº 01/2010 refletem um sistema estruturado que direciona a contabilização e a arrecadação de receitas. Este protocolo, quando seguido de maneira rigorosa, minimiza o risco de discrepâncias e assegura que cada etapa, desde a previsão da receita até o monitoramento diário, seja executada com precisão.

No entanto, a observação sobre a existência de discrepâncias entre os valores planejados, arrecadados e os gastos é preocupante. Isto sugere que, apesar dos procedimentos contabilísticos detalhados e das práticas de auditoria, existem desafios no alinhamento do orçamento e das receitas reais, resultando em insuficiência de recursos.

R22 destaca uma prática particularmente eficaz: a declaração imediata de receitas próprias após sua arrecadação. Tal prática ressoa a necessidade de transparência e rápida contabilização, crucial para uma gestão eficaz de recursos públicos.

Ao se considerar as teorias contabilísticas e práticas recomendadas, a declaração imediata de receitas reforça a importância de registrar transações em tempo real. Isso não apenas garante a acurácia, mas também facilita a tomada de decisões financeiras informadas e a gestão proactiva de despesas e receitas.

Categoria 2: Arrecadação das receitas próprias do SDEJT de Gurúè no período de 2020 a 2022, destacando tendências, picos ou quedas notáveis.

- **Ao questionar R21 sobre o valor total das receitas próprias arrecadadas pelo SDEJT de Gurúè nos anos de 2020 a 2022.**
- **E ao solicitar ao entrevistado R22, responsável pela contabilização das receitas do SDEJT de Gurúè, informações quantitativas sobre a arrecadação das receitas próprias entre 2020 e 2022.**

Uma análise detalhada das respostas fornecidas por R21 e R22, ambas as partes integrantes do (SDEJT), revela discrepâncias notáveis nos montantes das receitas próprias arrecadadas entre os anos de 2020 a 2022.

Para 2020, a diferença reportada é de 3.500,00 meticais; para 2021, é uma discrepância muito mais acentuada de 278.590 meticais; e, para 2022, enquanto R21 indica um declínio nas receitas em comparação com o ano anterior, R22 relata um aumento, com uma diferença de 342.680 meticais entre as duas estimativas.

Estas divergências são preocupantes e indicam uma possível falha no sistema de gestão de informações financeiras do SDEJT de Gurúè. No contexto de uma instituição pública, tal discrepância pode ter implicações sérias, desde impactos no planeamento e alocação de recursos até potenciais questionamentos sobre a integridade e transparência dos registos financeiros.

Ao analisar as respostas apresentadas e ao cruzá-las com os relatórios de supervisão, identificamos discrepâncias significativas nos dados referentes ao ano de 2022 para as escolas em questão. Por exemplo, a Escola Secundária Geral de Gurúè declarou ter arrecadado 1.439.254,00 meticais, mas apenas declarou 20,8% desse valor, o que equivale a 300.000,00 meticais. Isso representa uma diferença substancial de 79,2%.

No caso da Escola Secundária Geral Eduardo Mondlane, o entrevistado não forneceu valores específicos para o período em estudo, embora tenha mencionado um aumento na colecta de receita. No entanto, o relatório de supervisão do SDEJT indicou que a escola declarou apenas 27,4% (350.000,00 meticais de 1.277.450,00 meticais) de sua receita, revelando mais uma vez discrepâncias notáveis.

Essas disparidades e divergências significativas nas informações podem sugerir a presença de problemas graves de gestão, e até mesmo indícios de corrupção.

Por outro lado, embora o DL1 tenha especificado o valor total arrecadado durante o período (477.460,00 meticais), essa afirmação não oferece orientação técnica para avaliar a tendência

de crescimento ao longo do tempo e os procedimentos de contabilização e declaração dos valores arrecadados.

A Circular nº 01/2010 do GAB-MF estabelece claramente que o Sistema Interino de Cobrança de Receitas (SICR) é a ferramenta designada para registar e monitorar todas as receitas arrecadadas, servindo como a fonte primária de dados financeiros para a instituição. No entanto, a presença de dados divergentes sugere que, ou o sistema não está sendo utilizado corretamente, ou há falhas no próprio sistema que estão permitindo discrepâncias nos dados. De acordo com a teoria contabilística e os princípios de gestão financeira, a integridade e a precisão dos dados financeiros são fundamentais. Erros, seja por negligência ou por falha sistémica, podem distorcer a compreensão da situação financeira da instituição e, em última instância, afetar negativamente a tomada de decisões.

Pelo suporte teórico já se refere da Importância do Controle na Administração Pública e sob perspectiva de Meirelles, junto com a de Fiorentini e Toledo, destaca a necessidade vital do controle na administração pública. É imperativo que as instituições tenham um mecanismo de vigilância, correção e direção. A discrepância mencionada acima aponta para uma possível falta deste controle.

Por outro lado consubstancia que não seguem nenhum Fluxo de Previsão e Recolha de Receitas onde a estrutura estabelecida pela Circular nº 01/2010 do GAB-MF sugere um processo detalhado e interligado para prever, colectar e contabilizar as receitas. A discrepância destacada entre os valores arrecadados e os declarados indica um desvio ou falha em algum ponto deste fluxo.

- **Quando indagamos o entrevistado R21 sobre os períodos específicos de 2020 a 2022 em que o SDEJT de Gurúè observou quedas na arrecadação de receitas próprias e as possíveis causas dessas variações.**
- **Quando questionado R22 sobre as tendências e variações significativas nos registos de arrecadação entre 2020 e 2022.**

As respostas fornecidas por R21 e R22 destacam que o SDEJT de Gurúè experimentou variações notáveis na arrecadação de receitas próprias durante o período de 2020 a 2022. Ambos os entrevistados concordam que existiram flutuações ao longo desse período, e atribuem diferentes causas às variações observadas.

O entrevistado R21 especificamente identifica os 2º e 3º trimestres como momentos de queda na arrecadação. Ele aponta a ausência de matrículas – um componente-chave na estrutura de receitas do sector – como um factor crítico por trás dessa queda.

Por outro lado, R22 sinaliza a pandemia da COVID-19 como uma influência predominante na redução das receitas durante o intervalo de 2020 a 2021. A pandemia global teve implicações em quase todos os sectores da economia e, evidentemente, o sector da educação não foi excepção. Estas abordagens podem de alguma forma sugerir filhas de contabilização ora vejamos. A contabilidade pública, conforme definido por Kohama (2001) e Cruz (1988), enfatiza a importância da organização, controle, e demonstração da despesa pública, bem como a gestão do património público. Sob essa lente, o papel da contabilidade na análise das receitas de instituições como o SDEJT torna-se crucial. Nisto percebe-se que as quedas anunciadas não teriam lugar se a contabilidade publica tivesse sido aplicada rigorosamente. Além disso, é importante notar que escolas e instituições educacionais, enquanto entidades públicas, também podem ter outras fontes de receita além das matrículas. Serviços adicionais, como aluguel de instalações, cursos adicionais ou eventos culturais, podem diversificar as fontes de receita.

- **Questionamos o entrevistado R21 sobre a possível relação entre as metodologias de contabilização utilizadas pelo SDEJT e os níveis de arrecadação observados no período em análise.**
- **Quando abordado sobre a possível relação entre os métodos de contabilização utilizados pelo SDEJT de Gurúè e os níveis de arrecadação, o entrevistado R22, com base em sua experiência como técnico.**

A partir das respostas dos entrevistados R21 e R22, é possível identificar algumas tendências e preocupações relativas às práticas contabilísticas e de arrecadação adoptadas pelo SDEJT de Gurúè. Ambos os entrevistados reconhecem uma incongruência entre as práticas de contabilização recomendadas e aquelas realmente implementadas. Esta discrepância pode ser vista de duas formas distintas: uma como resposta às limitações burocráticas do sistema, e a outra como um método de gestão de recursos escolhido por algumas instituições.

O entrevistado R21 sugere que, em algumas situações, as metodologias de contabilização recomendadas pelo SDEJT não são seguidas devido à sua natureza percebida como "burocrática". Isto poderia indicar que o sistema actual pode não ser ágil ou flexível o suficiente para atender às necessidades dinâmicas das instituições sob a alçada do SDEJT. Esta observação é crítica, pois um sistema excessivamente burocrático pode desencorajar a conformidade, levando a omissões ou erros na declaração de valores arrecadados.

Por outro lado, o relato do entrevistado R22 indica uma estratégia deliberada adoptada por algumas escolas, particularmente a Escola Secundária Geral de Gurúè. Neste caso, a escola

parece arrecadar valores, mas declara apenas uma porção desse montante, usando o restante directamente "na fonte". Esta prática sugere uma possível falta de confiança no sistema de repasse ou uma tentativa de manter mais controle sobre os recursos arrecadados.

Em ambos os casos, as respostas indicam uma omissão na declaração de valores arrecadados. Esta omissão pode resultar em distorções no relatório financeiro, problemas de auditoria, e potencialmente, uma percepção pública de má gestão ou falta de transparência.

Categoria 3: Ligações entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis de arrecadação e medidas correctivas ou optimizações que possam melhorar tanto a contabilização quanto a arrecadação das receitas próprias para o futuro.

- **Quando questionamos o entrevistado R21 sobre as principais ineficiências ou lacunas identificadas nas análises anteriores em relação à contabilização e arrecadação das receitas próprias no SDEJT.**
- **Ao questionar o entrevistado R22 sobre possíveis inconsistências ou padrões observados durante sua actividade de contabilização das receitas do SDEJT de Gurúè que poderiam ter impactado os níveis de arrecadação.**

As observações feitas por R21 e R22 levantam preocupações substanciais sobre a eficiência e integridade do sistema contabilístico do SDEJT de Gurúè.

O relato de R21 sobre o "não registo" de certas receitas sugere falhas significativas no processo contabilístico. Se receitas provenientes de certificados e declarações não estão sendo registadas, isso não apenas resulta em uma representação imprecisa das finanças da instituição, mas também pode levar a suspeitas de má gestão ou até mesmo má conduta financeira. A retenção e uso directo de valores arrecadados, sem a devida declaração à tesouraria, é uma prática que prejudica a transparência e pode resultar em irregularidades financeiras. A falta de um plano estruturado de arrecadação em escolas amplifica essas preocupações, já que sugere a ausência de padrões ou diretrizes claras para a gestão financeira.

Ao considerar a literatura existente e as melhores práticas, a contabilidade pública deve ser guiada por princípios de transparência, integridade e responsabilidade. Segundo Sousa e Alves (2014), a contabilidade pública tem o dever de fornecer uma representação verdadeira e justa da situação financeira e dos resultados das entidades públicas, visando garantir a responsabilização e transparência na gestão dos recursos públicos.

A divergência entre os procedimentos ideais e as práticas relatadas pelos entrevistados sugere que o SDEJT de Gurúè poderia beneficiar-se de uma auditoria financeira abrangente, bem como de uma capacitação contínua para garantir a conformidade com as melhores práticas contabilísticas e maximizar as receitas.

- **Ao solicitar ao entrevistado R21 sugestões sobre estratégias ou métodos para otimizar a contabilização e aumentar a arrecadação de receitas próprias no SDEJT, considerando as lacunas identificadas nas análises anteriores.**
- **Questionamos o entrevistado R22 sobre possíveis medidas corretivas para melhorar o processo de contabilização de receitas no SDEJT de Gurúè, com base em sua experiência e nas análises já realizadas.**
- **Quando indagado o R22 sobre aspectos além da contabilização que poderiam ser otimizados para impulsionar a arrecadação de receitas próprias no futuro.**

Ambos os entrevistados, R21 e R22, trouxeram conceitos valiosos sobre o actual processo de contabilização e arrecadação de receitas no SDEJT de Gurúè.

Estrutura de Declaração e Utilização de Receitas:

O R21 foca na transparência e rigor no processo de arrecadação e contabilização. Ao enfatizar a declaração de todas as receitas arrecadadas antes da sua aplicação e a necessidade de rigor no uso de livros de registo e na emissão de recibos, ele sublinha a importância de manter a integridade e a transparência em todo o processo de arrecadação de receitas. Isso está alinhado com os princípios básicos de contabilidade e gestão financeira, onde a prestação de contas e a transparência são essenciais.

Por outro lado, R22 destaca um desafio prático que o sector enfrenta. Ao mencionar que os valores, após serem declarados à Autoridade Tributária, muitas vezes não estão disponíveis prontamente, ele destaca uma ineficiência no processo que pode retardar a disponibilidade e uso de fundos.

Estratégias de Maximização de Receitas:

R22 também introduz uma proposta intrigante sobre a cobrança de taxas nas classes iniciais como uma estratégia de aumento de receitas. Esta proposta pode ter múltiplas implicações. Enquanto pode potencialmente aumentar a arrecadação de receitas, também pode introduzir barreiras para o acesso à educação, especialmente para famílias de baixa renda. Assim, antes de implementar tal estratégia, é crucial realizar uma análise de impacto, considerando os possíveis efeitos sobre a inclusão e equidade educacional.

Considerações Teóricas e Legais:

A contabilidade no sector público é guiada por princípios de transparência, integridade e responsabilidade. De acordo com a literatura (por exemplo, Kohama, 2001; Cruz, 1988), é essencial garantir que os processos contabilísticos e de arrecadação sejam conduzidos de forma transparente e responsável para garantir a confiança do público e a eficácia na gestão dos recursos.

Entrevista dirigida as instituições geradoras de receita

Categoria 1: Métodos e práticas usados pelo SDEJTG para contabilizar suas receitas próprias durante o período de 2020 a 2022.

- **ES1, ES2 e DL1, sobre os métodos e práticas empregados para contabilizar as receitas próprias entre 2020 e 2022.**
- **Desafios e obstáculos enfrentados no processo de contabilização das receitas próprias durante o período de 2020 a 2022 e os ajustes feitos para melhorar esse processo.**

O extrato da entrevista revela práticas e desafios associados à contabilização de receitas próprias pelas instituições em questão durante o período de 2020 a 2022. Três métodos distintos foram destacados: utilização do livro de senha (ES1), registro através de um fluxo de caixa (ES2) e transações por meio de uma conta bancária fornecida pela instituição (DL1). As práticas adotadas, conforme mencionadas pelos entrevistados, revelam um esforço para manter o controle e a transparência na arrecadação de receitas. Entretanto, desafios, como discrepâncias entre valores recebidos e documentos emitidos (ES1) e falhas na declaração de cobranças (ES2), apontam para a necessidade de maior controle interno.

No contexto de contabilidade pública, a visão de Bezerra Filho (2005) serve como um pilar. Segundo ele, a Contabilidade Pública tem como objetivo principal fornecer informações atualizadas e precisas para decisões dos gestores e para atender aos controles interno e externo, além das necessidades estatísticas e institucionais. Em consonância com as observações dos entrevistados, percebe-se a importância de manter uma contabilidade robusta, precisa e transparente para garantir a correta gestão dos recursos.

A análise das respostas dos entrevistados em relação à perspectiva de Bezerra Filho sugere que, apesar das práticas adotadas, há margem para melhorias no controle interno das instituições. As discrepâncias mencionadas por ES1 e os desafios apontados por ES2 indicam a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle e de fiscalização. A contabilidade não deve ser vista apenas como um instrumento burocrático, mas sim como uma ferramenta estratégica que auxilia na tomada de decisões e promove a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Categoria 2: Arrecadação das receitas próprias do SDEJT de Gurúè no período de 2020 a 2022, destacando tendências, picos ou quedas notáveis.

- **Valores exactos ou aproximados da arrecadação das receitas próprias da Escola Secundária e se havia alguma tendência de crescimento ou diminuição.**
- **Existência de picos ou quedas significativas na arrecadação de receitas próprias da escola secundária entre 2020 e 2022, e os possíveis fatores para tais variações.**
- **Experiências de alguma relação entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis de arrecadação observados nesta Instituição.**

De acordo com o relatório de supervisão do SDEJT referente ao ano 2022 a Escola Secundária Geral de Gurúè anunciou ter arrecadado 1.439.254,00 meticais onde deste valor constatou-se que apenas declarou 20,8% que corresponde a (300.000,00 meticais de), demonstrando uma discrepância de 79,2%.

Estas lacunas consideráveis indicam possíveis falhas nos sistemas de controle, reporte e/ou transparência na instituição.

Por sua vez o entrevistado ES2 não divulgou os valores referentes ao período em estudado dificultando assim uma análise mais completa, no entanto o relatório de supervisão do SDEJT indicou que em 2022 a Escola Secundária Geral Eduardo Mondlane declarou apenas 27,4% (350.000,00 meticais de 1.277.450,00 meticais) de sua receita mostrando igualmente uma discrepâncias significativas. Esses desvios e divergencias significativas de informações podem apontar para problemas graves de governança, má gestão, ou até mesmo corrupção. Enquanto o DL1- especificou que, durante esse período, o valor arrecadado total foi de 477.460,00 meticais (quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta meticais), esta afirmação não dá uma orientação técnica para uma avaliação sobre a sua tendência em termos de crescimento e os mecanismos de contabilização e declaração dos valores arrecadados.

Pelo suporte teórico já se refere da Importância do Controle na Administração Pública e sob perspectiva de Meirelles, junto com a de Fiorentini e Toledo, destaca a necessidade vital do controle na administração pública. É imperativo que as instituições tenham um mecanismo de vigilância, correção e direção. A discrepância mencionada acima aponta para uma possível falta deste controle.

Por outro lado consubstancia que não seguem nenhum Fluxo de Previsão e Recolha de Receitas onde a estrutura estabelecida pela Circular nº 01/2010 do GAB-MF sugere um processo detalhado e interligado para prever, colectar e contabilizar as receitas. A

discrepância destacada entre os valores arrecadados e os declarados indica um desvio ou falha em algum ponto deste fluxo.

Categoria 3: Ligações entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis de arrecadação e medidas correctivas ou optimizações que possam melhorar tanto a Contabilização quanto a arrecadação das receitas próprias para o futuro.

- **padrões ou inconsistências notados durante o processo de contabilização das receitas próprias da instituição e como a contabilização poderia ser optimizada para impactar positivamente a arrecadação.**
- **Medidas correctivas que poderiam ser implementadas para superar os desafios e tendências observados na contabilização e arrecadação de receitas próprias da escola secundária nos anos anteriores.**
- **Novas práticas benéficas, com base em suas experiências enquanto gestores responsáveis pela arrecadação de receitas, para melhorar a contabilização e arrecadação de receitas próprias no futuro, e como essas práticas poderiam ser implementadas na escola secundária.**

Padrões e inconsistências na contabilização e arrecadação

Inconsistência nos valores: Como apontado por ES1, há divergências entre os registos e os documentos oficiais. Essa não coincidência indica possíveis erros de contabilização ou falhas nos processos de registo.

Descentralização da arrecadação: A observação de ES2 sinaliza que há um problema na forma como as responsabilidades são delegadas dentro da instituição. A cobrança por professores, que não fazem parte do sector administrativo, pode criar ambiguidades e inconsistências.

Processos burocráticos longos: DL1 aponta que a longa duração dos processos de contabilização pode causar atrasos e consequentemente problemas para o funcionamento ideal da instituição.

Propostas para melhorias

Aumento do controle interno e auditorias: ES1 vê a necessidade de fortalecer o controle interno e realizar auditorias, para garantir que os valores arrecadados estejam em consonância com o número de alunos inscritos.

Descentralização da contabilização: Tanto ES2 quanto DL1 abordam a ideia de que a contabilização e a gestão de receitas sejam feitas diretamente pela instituição, ao invés de depender de órgãos externos.

Melhoria na flexibilidade dos reembolsos: Ambos, ES1 e ES2, sugerem que as autoridades fiscais poderiam tornar os reembolsos mais flexíveis, permitindo que as instituições atendam às suas necessidades mais prontamente.

Conforme citado, a prestação de contas (accountability) é fundamental no setor público. Ela garante que os agentes públicos sejam responsabilizados por suas ações e possam ser sancionados em caso de má gestão. A centralidade do controle, como Meirelles destaca, é a capacidade de um poder ou autoridade supervisionar e corrigir a conduta de outro, garantindo a conformidade e eficiência dos processos.

Sendo assim fica o entendimento que a contabilização e arrecadação das receitas próprias são processos cruciais para a eficiência financeira e operacional das instituições. Os desafios identificados pelos entrevistados sugerem a necessidade de uma revisão dos processos actuais, incorporando maior controle, flexibilidade e, possivelmente, descentralização da gestão financeira. Adicionalmente, a adoção de conceitos como accountability pode ser uma ferramenta valiosa para garantir transparência e responsabilidade na gestão dos recursos.

CAPITULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5.1. Conclusões

Ao chegarmos ao fim da presente dissertação, é evidente a importância de destacar os principais resultados e conclusões obtidos a partir da análise e pesquisa realizada. A análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022), revelou uma série de contextos e conclusões importantes. A pesquisa tinha como objetivo geral analisar a contabilização das receitas próprias no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè, no período de 2020 a 2022, e alcançou esse objectivo por meio de uma análise abrangente dos métodos de contabilização, da arrecadação de receitas e das ligações entre esses dois aspetos. O problema inicial levantado foi a discrepância significativa entre os valores declarados e os valores reais arrecadados pelo SDEJT, o que gerou desafios para a gestão financeira e a autonomia dos órgãos públicos. Com base nas análises de dados e entrevistas realizadas, é possível concluir que essas discrepâncias são causadas, em grande parte, por ineficiências na contabilização das receitas, bem como por falhas no processo de arrecadação adoptado. Isso demonstra a importância de uma abordagem rigorosa e transparente na contabilização de receitas públicas. Em relação ao primeiro objectivo que tinha por aferir os métodos e Práticas de Contabilização, a pesquisa identificou diferentes abordagens utilizadas pelo SDEJT na contabilização de receitas próprias. Alguns adoptaram práticas mais formais, seguindo diretrizes específicas, enquanto outros focaram em práticas operacionais diárias. Isso ressaltou a necessidade de um equilíbrio entre a formalização e a praticidade na contabilização de receitas. Para o segundo objectivo a arrecadação de receitas próprias, foram observadas variações significativas nos montantes das receitas próprias arrecadadas ao longo dos anos. Essas variações podem ser atribuídas a factores como a pandemia de COVID-19 e a ausência de matrículas em determinados trimestres. A integridade do sistema de arrecadação e a transparência na contabilização são cruciais para lidar com essas flutuações. Em relação ao terceiro objectivo que fazia menção Ligações entre Contabilização e Arrecadação, a pesquisa destacou a falta de alinhamento entre as práticas ideais de contabilização e as práticas reais nas instituições. Isso resultou em omissões na declaração de valores arrecadados, o que levou a distorções nos relatórios financeiros. Além disso, a descentralização da arrecadação de receitas e a falta de controle interno adequado contribuíram para essas discrepâncias. Diante desse contexto há necessidade de corrigir as lacunas identificadas e otimizar a contabilização e arrecadação de receitas próprias no futuro. A pesquisa realizada proporcionou uma análise abrangente do tema proposto,

forneendo uma visão holística das práticas de contabilização e arrecadação de receitas próprias no contexto do Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè. As conclusões destacaram a existência de desafios significativos no processo de contabilização de receitas próprias e revelou a importância de práticas transparentes e rigorosas para garantir a integridade e a transparência na gestão de recursos públicos.

5.2. Sugestões

1. **Padronização dos Processos Contabilísticos:** É imperativo que o SDEJT implemente um sistema padronizado de contabilização das receitas próprias. Esta padronização ajudará a garantir que todas as instituições sob o SDEJT sigam os mesmos procedimentos e diretrizes, eliminando assim as discrepâncias observadas.
2. **Formação Contínua:** Oferecer treinamentos regulares para todo o pessoal envolvido na contabilização e arrecadação de receitas. Estes treinamentos devem focar nas diretrizes normativas formais e boas práticas de contabilização.
3. **Auditorias Regulares:** Para garantir transparência e conformidade, auditorias externas e internas devem ser conduzidas regularmente. Isto ajudará a identificar e corrigir qualquer prática inadequada rapidamente.
4. **Sistemas de Reporte:** Implementar um sistema de reporte eficaz onde as instituições reportem suas receitas de forma transparente e consistente. Este sistema deve ser facilmente acessível e deve permitir a análise periódica dos dados.
5. **Revisão das Normas:** Com base nas observações, é evidente que algumas das normativas existentes podem não ser claras ou suficientemente rigorosas. Uma revisão detalhada das normativas é necessária para torná-las mais eficazes.
6. **Mecanismo de Responsabilização:** Instituir um mecanismo onde as instituições ou indivíduos que não aderirem às normas e práticas recomendadas sejam responsabilizados. Isto poderia incluir sanções financeiras ou outras formas de responsabilização.
7. **Investimento em Tecnologia:** Investir em sistemas de TI robustos e seguros que facilitam a contabilização, arrecadação e reporte de receitas de forma transparente e eficaz.
8. **Revisão de Processos e Estruturas Internas:** Uma revisão abrangente dos processos internos do SDEJT pode ajudar a identificar áreas de ineficiência e propor soluções adequadas.
9. **Colaboração Interinstitucional:** Encorajar a colaboração entre diferentes instituições sob o SDEJT para partilha de melhores práticas e aprendizagens.

Referência Bibliográfica

- Bezerra Filho, A. (2005). *Contabilidade Pública: Teoria, Técnica de elaboração de balanços*. Elsevier.
- Bulandiane, A. L. (2022). *Estudo do Impacto das Receitas não Fiscais nos Orçamentos Autárquicos: Caso do Município da Vila de Boane (2014-2017)*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciência Política e Administração Pública como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública. UEM Faculdade de Letras e Ciências Sociais Departamento de Ciência Política e Administração Pública Licenciatura em Administração Pública.
- Crepaldi, S. A., & Crepaldi, G. S. (2013). *Orçamento público: planejamento, elaboração e controle*. Saraiva.
- Denzin, N. K., & Lincoln, I. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Artmed.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. UEC, Apostila.
- Franco, A. de S. (1986). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*. Almedina.
- Franco, A. de S. (1992). *Finanças Públicas e Direito Financeiro* (4ª ed.). Almedina.
- Franco, A. L. S. (2002). *Manual de finanças públicas. Ministério do Plano e Finanças, Governo de Moçambique*.
- Franco, A. L. S. (2012). *Finanças públicas e direito financeiro* (4ª ed.). Almeida, Coimbra.
- Fiorentini, T., & Toledo, S. R. (2012). *Controladoria, auditoria interna e controle interno: O Entendimento dos gestores públicos municipais pertencentes ao Corede Produção/RS*. 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Anais, Porto Alegre.
- Guillermo A. O'Donnell (s/d). *Horizontal Accountability in New Democracies* – Journal of
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed). Atlas.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed). Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed). Atlas.
- Gonsalves, A. O. (2010). *Caderno de Contabilidade Pública*. Faculdade Dom Alberto.
- Kohama, H. (2001). *Contabilidade pública: Teoria e Prática* (8ª ed.). Atlas.
- Lakatos, E., & Marconi, M. de Andrade. (2007). *Metodologia científica*. Atlas.
- Ludke, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas*. Artmed.
- Macie, A. (2018). *Lições de Direito Administrativo Moçambicano*. Editora Escolar.
- Martins, A. C. (2015). *Análise da Gestão das Receitas Próprias das Escolas Técnicas*

- Profissional e Vocacional da Cidade de Chimoio Caso*: Instituto Industrial E Comercial Joaquim Marra, no período de (2009-2013) (Monografia de Licenciatura). Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Engenharia.
- Nascimento, F. P. (2016). *Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática*. Thesaurus.
- Nascimento, D. M. do. (2002). *Metodologia do trabalho científico*. Forence.
- Oliveira, A. B. S. (2010). *Controladoria Governamental: Governança e controle econômico na implantação das políticas públicas* (3ª ed). Atlas.
- Oliveira, Â. M. T. (2017). *Relevância da Informação Contabilística no Processo De Tomada De Decisão Do Setor Público – Estudo de caso da Marinha*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade no Ramo de Auditoria, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.
- Pereira, P. T., et al. (2010). *Economia e Finanças Públicas* (3ª ed). Escolar Editora.
- Ribeiro, J. J. T. (1989). *Lições de Finanças Públicas* (3ª ed). Coimbra Editora.
- Richardson, R. J., & Peres, J. A. de S. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas* (3ª ed). Atlas.
- Silva, E., & Meneses, E.(2001). *Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertações* (3ª). Universidade Federal de Santa Clara.
- Sousa, F. A. de (2012). *Finanças Públicas e Direito Financeiro* (4ª ed). Almedina.
- Sousa, F. A. de (2004). *Introdução às Finanças Públicas e Direito Financeiro*. W&W, Editora Limitada.

Legislação:

- Decreto n.º 26/2021 de 3 de Maio. Regulamento do Sistema de Administração Financeira do Estado.
- GAB-MF. (2010). Circular nº 01/GAB-MF/2010, Conceitos e Procedimentos Relativos a Inscrição no Orçamento do Estado, Cobrança, Contabilização e Recolha de receitas consignadas e próprias.
- GAB-MEF. (2020). Circular nº 05/GAB-MF/2020, Administração e Execução do Orçamento do Estado para 2020.
- GAB-MEF. (2021). Circular nº 01/GAB-MF/2021, Administração e Execução do Orçamento

Apêndices



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO DIRIGIDO AO CHEFE DA REPARTIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS E PLANIFICAÇÃO DO SDEJT GURÚÈ.

Mestrado em: **Administração Pública**

Estudante: **Pedro António Mucaia**

Tema: **Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022).**

Este guião de entrevista foi organizado no contexto da elaboração do meu trabalho de fim de curso na UCM-Extensão de Gurúè. A finalidade deste instrumento é colectar informações pertinentes sobre a contabilização das receitas próprias no SDEJT de Gurúè. Peço a sua colaboração respondendo às seguintes questões. Garanto que todas as informações coletadas serão usadas exclusivamente para fins de investigação científica e tratadas com a máxima confidencialidade. Agradeço antecipadamente pelo seu tempo e contribuição.

8. Quais foram os principais procedimentos adoptados pelo Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè na contabilização das receitas próprias entre 2020 e 2022?

9. Como as práticas contabilísticas do SSDEJT de Gurúè, se adaptaram ao longo do período de 2020 a 2022 para melhorar a precisão na contabilização das receitas próprias?

10. Qual foi o valor total das receitas próprias arrecadadas pelo SDEJT de Gurúè em cada ano do período de 2020 a 2022?

11. Em quais momentos específicos do período de 2020 a 2022 o SDEJT de Gurúè teve quedas na arrecadação de receitas próprias e quais factores podem ter contribuído para essas variações?

12. Existe alguma relação entre as metodologias de contabilização utilizadas pelo SDEJT e os níveis de arrecadação observados durante o período de análise?

13. Quais são as principais lacunas ou ineficiências identificadas nas análises anteriores em relação à contabilização e arrecadação das receitas próprias no SDEJT?

14. Quais estratégias ou métodos podem ser implementados para otimizar a contabilização e maximizar a arrecadação das receitas próprias no SDEJT, com base nas deficiências observadas nas análises anteriores?

Obrigado Pela Colaboração



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO DIRIGIDO AOS TÉCNICOS DA REPARTIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS E PLANIFICAÇÃO DO SDEJT GURÚÈ.

Mestrado em: **Administração Pública**

Estudante: **Pedro António Mucaia**

Tema: **Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022).**

Este guião de entrevista foi organizado no contexto da elaboração do meu trabalho de fim de curso na UCM-Extensão de Gurúè. A finalidade deste instrumento é colectar informações pertinentes sobre a contabilização das receitas próprias no SDEJT de Gurúè. Peço a sua colaboração respondendo às seguintes questões. Garanto que todas as informações coletadas serão usadas exclusivamente para fins de investigação científica e tratadas com a máxima confidencialidade. Agradeço antecipadamente pelo seu tempo e contribuição.

1. Como técnico responsável pela contabilização das receitas, poderia descrever os principais métodos e ferramentas que foram utilizados para contabilizar as receitas próprias durante o período de 2020 a 2022?

2. Em sua experiência profissional, quais práticas adoptadas pelo Serviço Distrital foram mais eficientes na contabilização das receitas no referido período? Houve alguma técnica ou abordagem que apresentou desafios ou necessidade de revisão?

3. Enquanto técnico responsável pela contabilização das receitas do SDEJT de Gurúè, poderia fornecer detalhes quantitativos sobre a arrecadação das receitas próprias nos anos de 2020 a 2022? Quais foram os valores aproximados arrecadados em cada ano?

4. Ao analisar os registos de arrecadação dos anos de 2020 a 2022, quais tendências, ou quedas notáveis você identificou? Poderia especificar os períodos e/ou eventos que levaram a essas variações significativas na arrecadação?

5. Com base na sua experiência enquanto técnico, você percebe uma correlação entre os métodos de contabilização adoptados pelo SDEJT de Gurúè e os níveis de arrecadação

observados? Se sim, poderia dar exemplos de como a forma de contabilização pode influenciar os valores arrecadados?

6. Durante o seu trabalho de contabilização das receitas do SDEJT de Gurúè, notou alguma inconsistência ou padrão que, em sua opinião, possa ter contribuído para níveis de arrecadação abaixo do esperado? Quais ajustes você sugere para corrigir ou melhorar essas inconsistências?
-

7. Com base em sua experiência e nas análises anteriores, quais medidas corretivas você sugere para aprimorar o processo de contabilização de receitas no SDEJT de Gurúè? Há algum procedimento ou ferramenta que poderia ser revisado ou actualizado para alcançar uma contabilização mais eficaz?
-

8. Além da contabilização, você identificou algum aspecto que, se otimizado, poderia contribuir para um aumento na arrecadação de receitas próprias no futuro? Pode compartilhar sua perspectiva sobre mudanças ou estratégias que poderiam ser implementadas para maximizar a arrecadação?
-

Obrigado Pela Colaboração



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO DIRIGIDO AO DIREITORES DAS ESCOLAS SECUNDÁRIA GERAL DE GURÚÈ E EDUARDO MONDLANE .

Mestrado em: **Administração Pública**

Estudante: **Pedro António Mucaia**

Tema: **Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022).**

Este guião de entrevista foi organizado no contexto da elaboração do meu trabalho de fim de curso na UCM-Extensão de Gurúè. A finalidade deste instrumento é colectar informações pertinentes sobre a contabilização das receitas próprias no SDEJT de Gurúè. Peço a sua colaboração respondendo às seguintes questões. Garanto que todas as informações coletadas serão usadas exclusivamente para fins de investigação científica e tratadas com a máxima confidencialidade. Agradeço antecipadamente pelo seu tempo e contribuição.

1. Como director responsável pela gestão e arrecadação de receitas na escola, poderia descrever os métodos e práticas que foram implementados para contabilizar as receitas próprias durante o período de 2020 a 2022?

2. Ao longo do período de 2020 a 2022, quais desafios ou obstáculos você identificou no processo de contabilização das receitas próprias? E que ajustes ou modificações foram feitos para aprimorar esse processo?

3. Nos anos de 2020 a 2022, poderia fornecer-nos os valores exatos ou aproximados da arrecadação das receitas próprias da Escola Secundária? Há alguma tendência de crescimento ou diminuição ano após ano?

3. Durante o período de 2020 a 2022, houve momentos em que notou-se picos ou quedas significativas na arrecadação de receitas próprias da escola secundária? Se sim, a quais fatores atribui essas variações?

4. Com base na sua experiência enquanto director responsável pela arrecadação de receitas, percebeu alguma relação entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis

de arrecadação observados nesta Instituição? Se sim, poderia dar exemplos ou detalhar essa relação?

5. Durante o processo de contabilização das receitas próprias da escola secundária, notou algum padrão ou inconsistência que acredita que possa ter contribuído para níveis de arrecadação abaixo do esperado? Como acredita que a contabilização poderia ser melhorada para impactar positivamente na arrecadação?
-

6. Tendo em conta os desafios e as tendências observadas na contabilização e arrecadação de receitas próprias da escola secundária nos anos anteriores, quais medidas correctivas sugere para enfrentar as principais dificuldades e desafios identificados?
-

7. Com base na sua experiência enquanto gestor responsável pela arrecadação das receitas, quais novas práticas você benéficas para melhorar tanto a contabilização quanto a arrecadação de receitas próprias no futuro? Como essas mudanças poderiam ser implementadas na escola secundária?
-

Obrigado Pela Colaboração



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO DIRIGIDO AO DIREITOR DO LAR DOS ESTUDANTES DE GURÚÈ.

Mestrado em: **Administração Pública**

Estudante: **Pedro António Mucaia**

Tema: **Análise da Contabilização das Receitas Próprias na Função Pública: Caso Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurúè (2020-2022).**

Este guião de entrevista foi organizado no contexto da elaboração do meu trabalho de fim de curso na UCM-Extensão de Gurúè. A finalidade deste instrumento é colectar informações pertinentes sobre a contabilização das receitas próprias no SDEJT de Gurúè. Peço a sua colaboração respondendo às seguintes questões. Garanto que todas as informações coletadas serão usadas exclusivamente para fins de investigação científica e tratadas com a máxima confidencialidade. Agradeço antecipadamente pelo seu tempo e contribuição.

1. Como director responsável pela gestão e arrecadação de receitas no lar, poderia descrever os métodos e práticas que foram implementados para contabilizar as receitas próprias durante o período de 2020 a 2022?

2. Ao longo do período de 2020 a 2022, quais desafios ou obstáculos identificou no processo de contabilização das receitas próprias? E que ajustes ou modificações foram feitos para aprimorar esse processo?

3. Nos anos de 2020 a 2022, poderia fornecer-nos os valores exactos ou aproximados da arrecadação das receitas próprias do lar? Há alguma tendência de crescimento ou diminuição ano após ano?

4. Durante o período de 2020 a 2022, houve momentos em que notou picos ou quedas significativas na arrecadação de receitas próprias no lar? Se sim, a quais factores atribui essas variações?"

5. Com base na sua experiência enquanto director responsável pela arrecadação de receitas, você percebeu alguma relação entre a forma como as receitas são contabilizadas e os níveis de arrecadação observados no lar? Se sim, poderia dar exemplos ou detalhar essa relação?

6. Durante o processo de contabilização das receitas próprias do lar, notou algum padrão ou inconsistência que acredita que possa ter contribuído para níveis de arrecadação abaixo do esperado? Como acredita que a contabilização poderia ser melhorada para impactar positivamente na arrecadação?

7. Tendo em conta os desafios e as tendências observadas na contabilização e arrecadação de receitas próprias do lar nos anos anteriores, quais medidas correctivas sugere para enfrentar as principais dificuldades e desafios identificados?

8. Com base na sua experiência enquanto gestor responsável pela arrecadação das receitas, quais optimizações ou novas práticas você considera benéficas para melhorar tanto a contabilização quanto a arrecadação de receitas próprias no futuro? Como essas mudanças poderiam ser implementadas no lar?

Obrigado Pela Colaboração

ANEXOS

Fig.1-Entrevista ao Dir.Adjunto Adm. Da ESGG



Fig.2 -Entrevista ao Dir.Adjunto Adm. da ESGEMG



Fig.3-Entrevista ao Técnico da RAP do SDEJTG





Universidade Católica de Moçambique
Extensão de Gurulé
Av. 07 de Abril – Bairro Artes e Oficinas
CP. 54 - Gurulé - Moçambique
Tel: (+258) 842448645 Fax: (+258) 24 21 91 02
E-mail: ucmgurule@ucm.ac.mz
www.ucm.ac.mz
GABINETE DO DIRECTOR

CREDENCIAL DE PESQUISA Nº 55/GD/UCM/EG/2023



AO
SERVIÇO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO JUVENTUDE E TECNOLOGIA DE GURULÉ

Assunto: Pedido de autorização para realização de Pesquisa

A Universidade Católica de Moçambique – Extensão de Gurulé, no âmbito da formação e produção de conhecimento científico, vem por este meio pedir a V. Excia que se digne mandar autorizar o/a estudante: **PEDRO ANTÓNIO MUCAIA**, matriculado/a nesta instituição de ensino no Programa de **MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, a realizar a pesquisa cujo tema é: **Análise da Contabilização das Receitas próprias na Função Pública: Caso do Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Gurulé.**

Os dados colectados, serão única e exclusivamente usados para fins da pesquisa, acima referenciada, comprometendo-se o/a estudante a obedecer as disposições éticas no que consiste a confidencialidade nas informações fornecidas pelos participantes da pesquisa.

Por ser verdade, passou-se a presente credencial que vai ser assinada por mim e autenticada com carimbo a óleo em uso nesta instituição de ensino superior.

Contacto do Estudante: +258865906285



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
GOVERNO DO DISTRITO DE GURULÉ
SERVIÇO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO JUVENTUDE E TECNOLOGIA
ENTRADA Nº 990
PROCESSO Nº 024.4 / 23
DATA 05 / 09 / 23
FE DA SECRETARIA Agua